

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ANDRÉ RAMATÍS WANDERLEY JUNIOR

**DAS “JORNADAS” AO FORA DILMA: UMA EXPLICAÇÃO PELAS CLASSES**

São Carlos

2023

André Ramatís Wanderley Junior

DAS “JORNADAS” AO FORA DILMA: UMA EXPLICAÇÃO PELAS CLASSES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais, com ênfase em Ciência Política.

Orientação: Gabriel Avilla Casalecchi.

**São Carlos**

**2022**

## Dedicatória

Este trabalho é dedicado à minha mãe Aparecida Martins, minha mecenas que, compartilhando sua paixão pela leitura me ensinou disciplina, amor, me deu uma profissão e um sentido. Fora a inquestionável crença na minha pessoa. Pontes indestrutíveis não se destroem, *Cruza el amor Por el puente Usa el amor Como un puente.*

Ao companheiro, homônimo e comandante, meu pai.  
Na sua retina e na nossa risada estrondosa escolhi um jeito de ver o mundo.  
*Em cada esquina um amigo*  
*Em cada rosto igualdade.*

Para meu irmão Peterson, que mal vejo a hora de contar tudo que aprendi.

E para minha companheira Marinara Allegrine Porphirio,  
pela alentadora presença e inspiração,  
sol loiro.

## **Agradecimentos**

Primeiramente gostaria de agradecer ao Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela possibilidade de esta monografia ser um desenvolvimento de minha pesquisa de iniciação científica (IC) financiada pelo centro.

Agradeço a minha família pela estabilidade nesses quatro anos de estudos e pesquisa, me possibilitando ter um foco digno diante da qualidade dos desafios que se seguiram. Com especial destaque para a força de minha mãe.

Agradeço aos docentes da Universidade Federal de São Carlos pela exigência com nós alunos. Saio com a certeza de ter tido uma formação sólida. Com destaque especial para: Vera Alves Cepêda, por escorrer amor pela arte de ensinar (inclusive com bom humor), para além da competência investigativa, certamente a professora marcou todos os alunos que passam pelo nosso departamento; e Fábio Sanchez Bechara, pela didática, calma e respeito a todas as diversidades. Agradeço também a todos os funcionários e funcionárias que constroem a UFSCar, sem eles nada aconteceria. Do mesmo modo, agradeço ao povo brasileiro que tem como posse todas as universidades públicas e nos possibilitam uma formação de excelência.

Um distinto agradecimento ao Professor Gabriel Avilla Casalecchi, orientador deste trabalho. Sou grato pela condução respeitosa deste processo que se iniciou no primeiro semestre de 2019, na primeira aula e certamente irá para depois deste trabalho, o professor é abrangente, aberto e generoso em lidar com o divergente e ainda se divertir! Apenas tenho a agradecer.

Também sou grato a Raquel Gomes Valadares, Victor Alberto Coelho e Lucas Pereira de Melo, minha equipe! Difícil encontrar um grupo com membros tão diametralmente opostos e com objetivos tão próximos. A presença de vocês e a confiabilidade em suas competências certamente me fizeram o período pandêmico mais leve.

Sou eternamente grato a Neusa e Sinval; Ana Lucia e Edu. Pela crença em muitas coisas e que, de alguma maneira recalcitrante se materializa nesse trabalho.

Agradeço a Rodrigo Souza, Arthur Fioratti, Marcus Caldara, Maria Helena, João Pedro Costa, Antonio Felipe, Antônio Polli, “Figura” e Fernando. Vocês tornaram São Carlos um ambiente mais acolhedor e me causaram memórias divertidas. Aprendi muito com vocês e esta cidade, que apesar dos pesares, sentirei saudade.

Agradeço a Sophia Clari Csatlos, Sosô, pela amizade verdadeira- certamente sua capacidade caótica de me tirar risos tornou o período de pandemia menos ruim. 2019 foi logo

ali, mas nos parece muito mais; Raniery Silva, outra amizade inesperada e particularmente forte, seu jeito questionador e sua capacidade de mudar de opinião é algo esperançoso.

Por fim, agradeço a Marinara Allegrine Porphirio, meu sol loiro que tanto me fortalece nas dificuldades e a quem tenho o privilégio de dividir o tempo.

*“Me gusta estar a un lado del camino  
Fumando el humo mientras todo pasa  
Me gusta abrir los ojos y estar vivo  
Tener que vérmelas con la resaca [...]  
En tiempos donde nadie escucha nadie  
En timpe donde todos contra todos  
En tiempos egoístas y mesquinos  
En tiempos donde siempre estamos solo  
Habrá que declarase incompetente  
En todas las materias de mercado  
Habrá que declararse un inocente  
O habrá que ser abyecto y desalmado”*

Fito Paez, 1999

*“À sombra duma azinheira  
Que já não sabia a idade  
Jurei ter por companheira  
Grândola a tua vontade”  
José Afonso, 1974*



**Resumo:**

O objetivo deste trabalho de conclusão de curso é compreender os movimentos insufladores das “jornadas de junho” de 2013, em especificidade analisando a composição do *corpus* das manifestações dividindo o evento em dois períodos e com duas metodologias de interpretação, sendo-as: a análise marxista de classe; e a interpretação das opiniões públicas dos respondentes, via *survey*. O que se enxerga é uma mudança da juventude recém ingressa no mundo trabalho às ruas, questionando os serviços públicos, a classe política e com a “centralidade” da pauta mobilidade urbana, para, posteriormente, um perfil de mais idade com o cabedal de reivindicações voltado para a moralização do debate político, antipartidarismo e antipetismo, o seu índice de rendimento, bem como seu espaço na produção os configuram enquanto membros da classe média motivada, cremos, por um certo “egoísmo social”. A investigação perpassa a envergadura dessa mudança, que é extranatural, maior época de manifestações massivas desde a redemocratização, mobilizando características de classe expostas pela agência dos manifestantes, no mesmo sentido que em suas reações aos questionamentos. Por fim, lançamos hipóteses para uma compreensão mais profunda do tema relacionado aos eventos do lulismo, indispensáveis para o recorte, no intento de alocar o evento ao seu período histórico, sendo um momento “vivo” da luta de classes brasileira.

Palavras chave: 2013, Classes Sociais, Manifestações, Teoria Crítica, Marxismo e Classe Média.

<b>Sumário</b>	<b>9</b>
<b>1. Introdução</b>	<b>10</b>
<b>2. A metamorfose das jornadas de junho</b>	<b>13</b>
2.1. O Movimento Passe Livre	14
2.2 O Perfil das manifestações- primeiro momento	15
2.3 O segundo momento	33
<b>3. Transformações do lulismo e o “retorno” a luta de classes</b>	<b>43</b>
<b>4. O egoísmo social de classe como explicação da mudança</b>	<b>54</b>
4.1 Os “rolezinhos” e o egoísmo social pós-jornadas, um ensaio	55
<b>5. Conclusão</b>	<b>60</b>
<b>Referências:</b>	<b>61</b>

## **1. Introdução**

O objetivo desse trabalho de conclusão de curso é compreender o processo de mudança no corpo das manifestações de 2013, as “jornadas de junho”. Retomando sua cronologia: as manifestações começaram na capital do Rio Grande do Sul, lideradas pelo MPL (Movimento Passe Livre), com membros pertencentes a vários partidos, predominantemente de esquerda, e com o intuito concreto de barrar o aumento das tarifas do transporte público. Entretanto, em um segundo momento, na sequência de respostas positivas para a pauta de mobilidade, ecoado na grande imprensa, e a massificação do Movimento Passe Livre, a pauta presente nas ruas se alterou, concomitantemente com a explanação das manifestações, deixando de ter um objeto claro. Ao alterar o corpo das manifestações, com metas difusas, suas pautas passaram a corresponder a um espectro de direita, com foco na corrupção e críticas à classe política, especialmente o PT.

Como explicar essa mudança? Como um movimento local, de esquerda, com pauta específica e materialmente concreta, sob uma liderança bem definida, tornou-se um movimento amplo nacionalmente, com um perfil manifestante empiricamente contrário, com diferentes pautas e lideranças difusas, com características marcadamente de direita? Eis a problemática central que o trabalho em questão tenta contribuir.

Existe um antes e um depois de junho de 2013. O que havia antes, a consolidação de um novo paradigma político no Brasil, a República de 88, o real enquanto uma moeda forte e estável que guiava a 6ª economia do mundo, o lulismo enquanto uma forma bem-sucedida de governança, e seus ensaios, o Brasil com destacado papel de liderança no Sul global etc, tudo isto foi posto em xeque. Em nosso interesse investigativo cremos que compreender a raiz dessa mudança pode contribuir para o prosseguimento das demais mudanças para além de 2013. Em especial, cremos que uma dessas variáveis tem maior relevância, o lulismo. Sobretudo, quando levado em conta a agência histórica desses quatro governos e seus efeitos perante a sociedade.

A hipótese principal é que essa mudança é compreendida quando analisada sob à luz das classes sociais no Brasil e seus efeitos sobre o comportamento político. Ou seja, propomos a conciliação de duas vertentes de pesquisa das ciências sociais, uma mais presente no campo da Ciência Política e outra mais presente nos estudos sociológicos. A segunda

sendo marxista, ancorada na variável classe social e nas forças estruturantes da economia, lastreadas pelo trabalho; a primeira sendo “comportamentalista”, baseada nas ações individuais, motivadas por crenças, valores e opiniões. Credo haver grande confluência entre ambas. Longe de se excluírem, essas vertentes oferecem uma hipótese plausível para as mudanças nas jornadas de junho.

O argumento central é que as ações dos governos petistas de 2003-2016 fizeram com que as ramificações das classes que vivem em condição de maior exclusão histórica se sentissem representadas de algum modo pelo partido e por sua liderança maior, o ex-presidente Lula da Silva. Em contrapartida, as classes mais abastadas passaram a se sentir excluídas do processo governamental, com estética popular e de governabilidade estratégica com setores dominantes. Acumulando um ideário de indignação calado ao longo do tempo de desenvolvimento e inclusão, após ensaiarem movimentos insurrectos pouco articulados, foram às ruas em 2013 e, depois, em 2015 e 2016, protestar contra a “política”.

Do ponto de vista metodológico, a estratégia adotada é trabalhar com surveys que foram aplicados entre os manifestantes – tanto das jornadas de junho de 2013 quanto das manifestações posteriores, de 2015 e 2016 – para caracterizá-los em termos de classes sociais e outras características econômicas e demográficas, fazendo análise descritiva dos dados, e sendo guiado por formulações teóricas que datam os eventos contidos em tais base de dados.

A tomada das ruas ocorreu de maneira “silenciosa”, ao contrário do que se pode imaginar diante do atual cenário, os representantes que no segundo momento<sup>1</sup> acabaram por pender para a direita, em termos de espectro político, coexistiram de maneira saudável com as pautas vinculadas ao transporte e as críticas ao serviços por parte dos outros manifestantes. Proponho que isso pode ser compreendido em duas chaves de análise: 1) a vergonha que os membros da direita tinham nessa oportunidade de sê-lo; e 2) porque o evento “jornadas de junho” ocorreu exatamente no sentido de reativar a direita. O que sequencialmente houve desenvolvimento desse campo e de seus projetos de modo que nos estudos atuais sobre a Nova Direita, comprova-se a “evolução” da direita no Brasil.

Grande parte do público que "emergiu" das ruas em 2013, se consagrou nas manifestações entre 2015-2016 e logrou um de seus projetos em 2018, desse modo, portanto,

---

<sup>1</sup> Ao longo de todo o trabalho irei me referenciar ao momento de prevalência do MPL enquanto sendo um “primeiro momento” e o momento da ascensão da direita enquanto sendo um “segundo momento”.

estava “desativado” esse conjunto à direita na sociedade brasileira. Em grande medida acreditamos pelos êxitos dos governos do Partido dos Trabalhadores, pelo lulismo. A portentosa condição eleitoral do PT associado ao bom momento econômico, inclusive, em termos exógenos, que o Brasil vivia “permitiu” ao lulismo aprofundar suas críticas a estruturação das classes no Brasil, levando em conta nossa situação periférica, o que se materializa na atuação do Itamaraty e do papel que o Brasil logra em ser uma liderança Sul-Sul; também identificando no Brasil uma forte herança escravista que se verifica na exclusão estatística de pretos em renda e estudos, atacada via lei de cotas.

Esse radical de alteração reformista da sociedade brasileira perpassa o modelo econômico, naturalmente. Nesse sentido, o lulismo contou com apoio dos setores produtivistas da sociedade brasileira contra os setores rentistas do grande Capital internacional. O que significa uma alteração muito profunda e de distinção histórica tendo que equilibrar, enfrentar e incentivar interesses difusos e, por vezes distantes ideologicamente de setores econômicos muito poderosos, com capacidade de articulação e desequilíbrio do poder institucional. Isto, rogando pela serenidade nas ruas.

A serenidade deixou de existir. As ruas romperam o silêncio à direita. À esquerda, o que vimos foi um aumento na sequência histórica de indignação dos trabalhadores precarizados, grande número de greves e da sublevação sindical<sup>2</sup>- os sindicatos brasileiros que nos momentos mais duros do neoliberalismo se configuraram como um agente reivindicador de questões econômicas, conforme o lulismo foi sendo incorporado no Estado (GALVÃO; TATAGIBA, 2019; MARCELINO; GALVÃO, 2020). O que há de extraordinário é a fugaz perda de hegemonia por parte dos setores progressistas. Essa perda, por mais silenciosa que tenha sido, não deixou de ter um rosto e uma classe mobilizada com mais fôlego e interesses expostos nos discursos dos manifestantes, o que imaginamos em muito tem conexão com o recorte histórico em que analisamos.

A classe média se pôs na rua. Tão breve as manifestações de 2013 que eram contra o aumento no preço do transporte público, o que se amplia para a ineficiência dos serviços públicos e exigências de maior popularização da forma de vida urbana, com sentido horizontal e esquerdizante, vão se tornando mobilizações à direita, adotando retórica anti partidária, demonstrando desprezo por todos os avanços sociais no lulismo<sup>3</sup> e utilizando-se da

---

<sup>2</sup> Sendo que, nesses casos, havia uma relação republicana com os poderes.

<sup>3</sup> O que possivelmente pode ser um reforço de sua própria identidade.

bandeira da corrupção, pauta tática histórica regionalmente no sentido de enfraquecimento de governos com projetos contrários aos interesses neoliberais-dominantes. A classe média passa a ser o elo mais forte (e fortalecido) desse recorte, eis o ponto de maior necessidade de estudo, contribuir para o questionamento de qual rosto tem esses membros da classe média e quais fatores os colocaram nas ruas.

Por último, esse trabalho de conclusão de curso tem como intenção contribuir para fatos ocorridos na primeira metade da década de 2010. Fatos muito instigadores para todas as ciências sociais de maneira geral. É nossa intenção com esse estudo servir de ponte para a sequência e aprofundamento no estudo destes excruciantes fatos e seus desenvolvimento que, com certeza, ainda permanecem construindo nossa história nacional diariamente.

## **2. A metamorfose das jornadas de junho**

Esse tópico está dividido em três sessões. As duas primeiras sessões são de análises dos eventos exclusivos de junho de 2013, tangendo o caráter extraordinário desse “ciclo” de protestos que contaram com a liderança do Movimento Passe Livre, primeiro retornamos a origem do MPL, por vezes ignorada, e de suas pautas, seguindo para as jornadas e o papel exercido por essas lideranças do movimento, sua relação com o poder institucional e sua retirada das ruas. Para além do movimento traçamos o perfil dos manifestantes de junho 2013.

Na sequência, o ponto 2.3. focamos em analisar as diferenças das manifestações ao longo de 2015 e 2016. Esses anos registraram uma notável diferenciação de pautas e públicos em comparação com o ciclo anterior, o que reflete o estágio da luta de classes brasileiras materializadas pela diversidade dos manifestantes na rua em cada oportunidade.

A sequência das manifestações para além de 2013 não apresentaram o mesmo público, contudo, a predominância dos eventos na comunicação social permaneceu como central nos acontecimentos sociais da década de 2010. Inclusive, com a hegemonia da mídia adotando uma postura contra o governo e pró sublevações, fazendo com que o sentimento do primeiro momento de 2013 permanecesse como vivo aos olhares mais incautos.

## 2.1. O Movimento Passe Livre

Como já outrora mencionado, podemos descrever as manifestações de 2013 em dois momentos. O que estamos chamando de “primeiro momento<sup>4</sup>” foi guiado por um ator específico, o Movimento Passe Livre (MPL), composto principalmente por jovens de esquerda, trabalhadores e estudantes, reivindicando maiores “direitos sociais” (MAIOR: 2013). Para melhor compreender como se deu a dinâmica das manifestações, pensamos ser fundamental ter um entendimento razoável do movimento em questão, este que, por sua vez foi fundado ao longo dos debates do 5º Fórum Social Mundial (FSM) (SEIDL; GARCIA, 2016), em 2005, portanto, devemos com brevidade rememorar o sentido do FSM.

No contexto do final dos anos 1990, havia um cenário político internacional se formando de maneira contrária à ordem neoliberal consolidada na esteira do acordo de Bretton Woods (1944) e o Consenso de Washington (1989). A forma de ação eram manifestações de rua. Eram alvos a articulação para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), a influência que o Fundo Monetário Internacional (FMI) exercia em países em débito com o fundo. Onde havia defesa da Nova Ordem em prosódia neoliberal, havia manifestações “antiglobalização”. As forças políticas anti-neoliberais se moveram no sentido de constituir um encontro com todas as “novas formas” (agentes políticos), se comprometendo em dar a possibilidade de discussão de pautas discutidas globalmente por todos os membros com *afinidades eletivas*, passando para uma postura positiva de proposição de uma outra forma de vida, que não em forma de “mercadoria”- não à toa o FSM ocorre nos mesmos dias do Fórum Econômico Mundial de Davos.

Os encontros durante os primeiros cinco anos foram em Porto Alegre, devido ao histórico da “Frente Popular” (as prefeituras de Olívio Dutra 1989-1993; Tarso Genro 1993-1997; Raul Pont 1997-2001; e novamente, Tarso Genro<sup>5</sup> 2001-2002), isto é, políticas públicas de teor popular tais como o orçamento participativo. Por essa razão o Fórum Social contou com apoio da prefeitura e do governo do Estado<sup>6</sup>. Portanto, o papel exercido por essa

---

<sup>4</sup> A bem dizer, essa divisão já é rotineira nos estudos sobre 2013. Martuscelli (2016, p. 26), ao investigar sobre os momentos de crise com a temática corrupção muito em voga, diferencia os momentos de 2013 em “dois períodos”.

<sup>5</sup> *Interregno* de 2002-2005 exercido por João Verle, vice de Tarso. Na sequência, se acaba o período hegemônico da Frente.

<sup>6</sup> Que naquela oportunidade era liderado por Olívio.

grande rede de “trocas” era a “Constituição de horizontes de expectativas [...] ‘escrever o fórum’, é um trabalho de antecipação do futuro” (DI GIOVANNI, 2013, p. 16)<sup>7</sup>.

Diante deste contexto de movimentações políticas internacionais, de reação ao novo estágio do capitalismo, se configura a fundação do Movimento Passe Livre. Nasceu herdeiro da Revolta dos Buzus, em Salvador (2003) e das Revoltas das Catracas, em Florianópolis (2004 e 2005)<sup>8</sup>. O movimento tem como pauta-lema a Tarifa Zero no transporte urbano. O movimento não pretende ter um fim em si, e sim ser um catalisador diante da transformação das cidades em moldes mercadológicos no ímpeto de transcender a politização para a superação do regime capitalista, de maneira geral<sup>9</sup>.

## ***2.2 O Perfil das manifestações- primeiro momento***

É difícil enxergar quando começa o primeiro ato. Contudo, o primeiro ato de maior porte ocorreu em Porto Alegre (RS) em 27 de março de 2013, vendo o aumento da passagem de 2,85 R\$ para 3,05 R\$. A manifestação, como descrita pela imprensa, teve um confronto entre a guarda municipal e os manifestantes que tentaram invadir e atacar a prefeitura da cidade- negando, inclusive, diálogo com o secretário de transportes do município<sup>10</sup>.

Em São Paulo, as manifestações começaram no dia 3 de junho de 2013, focando exclusivamente no aumento de 6% já ocorrido, protesto tranquilo, na zona sul da capital. Concomitantemente, outros atos foram ocorrendo em outras regiões do país. No dia 6, pela primeira vez a manifestação foi marcada para se instaurar dentro da zona de influxo do Capital, a Paulista. A reação das autoridades é negar o fechamento da Paulista, o que desencadeia o primeiro de uma série de batalhas campais. A tática Black Bloc, utilizada em outros momentos na Europa e nos EUA se mostrou presente, atacando os símbolos do Capital (principalmente lojas de carros e bancos).

---

<sup>7</sup> A forma mais comum desde o primeiro fórum são coletivos descentralizados, reticentes à institucionalização e horizontais, tendo em seu âmago críticas à esquerda tradicional, a forma de partido e sindicatos. No entanto, desde o princípio já havia grande proximidade entre a organização do evento e militantes históricos do PT. Para além das críticas do “novo”, o Partido dos Trabalhadores exercia um papel de “guarda-chuva” diante daquele grande articulação com tantas pautas. (*Idem*, p. 20-23)

<sup>8</sup>Fonte:

<https://www.mpl.org.br/>

<sup>9</sup> *Ibidem*.

<sup>10</sup>Fonte:

<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/03/grupo-faz-novo-ato-contr-aumento-da-passagem-em-porto-alegre.html>

Essa luta por direitos somada ao ímpeto ingênuo de “mudança do Brasil”, em um mês, é característica de uma nova geração se integrando num contexto de inquietação social. Isso se dá no sentido de maior reivindicação na participação do desenvolvimento das cidades, no átomo da sociabilidade, no chamado direito à cidade (LEFEBVRE, [1968] 2001). Desse modo, o caminho que o Movimento Passe Livre estaria guiando os manifestantes seria num aprofundamento da democratização e popularização do acesso da integralidade das cidades. O que é impossibilitado pela forma como se deu nossa formação urbana, com um acelerado êxodo rural, sendo uma manobra para o incremento de mão de obra necessária para a construção da riqueza nas grandes cidades na lógica de reprodução das oligarquias, portanto, sem distribuição. O que aos poucos foi marginalizando os migrantes, engordando o número de excluídos no processo de urbanização coetaneamente que se aumentava a renda e riqueza acumulada. Nesse sentido, há um enfrentamento dos direitos presente na Carta de 88 com o sentimento da massa: o reivindicado era o direito à cidade, não o direito à visita (DE MORAES; GOLDENFUM; ROCHA; SIUFI; CAZANOVA; RIBEIRO; VIVIAN; GUIMARÃE, 2015, p. 81-83).

Harvey (2012, p. 76), ao lembrar o caso da Paris de Georges-Eugène Haussmann e a Nova York de Robert Moses, ambos donos da pasta de infraestrutura, enxerga que esses tiveram como diferencial aumentarem largamente a escala das obras públicas, criando grandes níveis de centros e subúrbios. É essa alteração que transforma o centro francês no século XIX em um foco de consumo, a “cidade luz”. Essa tarefa exigiu outras forças de capitalização, o que foi substancial para criar outros mecanismos de financiamento robusto. Esse caso foi uma saída salutar para envolver o capital ocioso criando rendimentos, criando postos de trabalho... Mais-valia. E afastar ao menos provisoriamente o fantasma do socialismo. Sendo, segundo o autor, uma forma de keynesianismo pré-Keynes.

A cidade enquanto uma construção indispensavelmente coletiva não é dissociada do tipo de relacionamento que aquela sociedade em questão exerce com a natureza, com as relações interpessoais, com a tecnologia, com a distribuição dos recursos urbanos, etc. Não se trata de uma liberdade individual (*idem*, p. 74). Contudo, se trata de um espelhamento das relações sociais cotidianas, inclusive para o caso brasileiro de 2013. Esse processo, que se inicia no Império francês, se remodela com outros mecanismos de financeirização e especulação do “jogo”, durante o contexto da globalização (tais como titularização de hipotecas e outras formas de seguro de dívidas), faz com que os resultados dessa “dispersão de riscos” se sintam em todo o globo, a cidade e sua disposição se torna uma mercadoria.

Reivindicar o direito à cidade, naquelas circunstâncias, significava reivindicar uma outra forma de sociabilidade, de relacionamento com os recursos na cidade.

Portanto, somou-se um desacordo virulento do Aparelho Repressivo de Estado<sup>11</sup> à uma tática “exótica”, naquele momento, o que é capaz de marcar de maneira imagética esse primeiro momento das manifestações. Não é difícil a associação entre o movimento MPL e a tática Black Bloc, que é sintomático. Esse feito, desde já, conseguiu apreender grande interesse do público geral na batalha campal que ocorreu em São Paulo.

Como mencionado acima, a tática Black Bloc é um forma de “ensenação”. O ato de depredar, desfigurar e enfraquecer signos do grande Capital<sup>12</sup> expostos na materialização mais real da sociabilidade, e portanto, das contradições do regime capitalista, que é a cidade, seria uma forma de enfraquecer o impacto simbólico da vida capitalista, uma quebra de expectativa da lógica urbana. O que fica nítido na fala de um manifestante das jornadas:

Nossa sociedade é permeada por símbolos. Participar no Black Blocs é usá-los para quebrar preconceitos, não somente o alvo atacado, mas a ideia de vandalismo. Não há violência, mas performance. Eu não me sinto representado pelos partidos. E não sou a favor da democracia representativa, mas da democracia direta. Não é depredação pelo simples prazer de quebrar coisas, mas atacar símbolos que estão representados lá (Vieira e Locatelli, 2013 apud Pinto, 2017, p. 133).

Creemos ser importante rememorar que tais eventos de 2013 possuem grande similaridade com outros vistos mundo afora. Características como mobilização via redes sociais, a estética jovem dos protestos, o ódio explícito ao Estado, o que se expande para a política de maneira geral, a recorrência a violência, inconsequência e o desprezo pelos símbolos do Capital, tal como na arte urbana e subversiva de Banksy, muito popular à época e mimetizada nos atos, são características também em movimentos como Occupy Wall-Street e a Primavera Árabe, ambos também situados no início da década de 2010. A rememoração dessas proximidades cremos ser axiomas pouco lapidados do rechaço ao neoliberalismo no contexto do pós-crise de 2008, o que falaremos mais detidamente na seção 3.

---

<sup>11</sup> Relembrando Althusser (1970), os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) são realidades presentes em instituições prevalentemente de cunho privado com o intuito de defesa ideológica e de reprodução social do Estado. Estado que por sua vez é o Estado de uma classe, a classe dominante burguesa. Portanto, o Estado está fora de uma relação público/privado e sim ao uso de classe. Os AIE's se movem no sentido da defesa pela ideologia mas não somente, do mesmo modo que os Aparelhos Repressivos também contém doses de Ideologia em seu âmago- tal como as forças armadas. Se configuram enquanto AIE's meios de comunicação social/cultura (rádio, televisão, jornal impresso, cinema, teatro...), escolas, o meio jurídico, a política institucional, etc.

<sup>12</sup> Tais como bancos, lojas de automóveis importados, etc.

Os protestos se somavam numa crescente nacional pelos dias 7, 11, 13, 17, 18, 19 e 20 do mês de junho. Este último dia, o maior, um dia antes Geraldo Alckmin e Fernando Haddad, no momento, governador e prefeito de São Paulo, membros dos dois maiores e antagônicos partidos, naquele período (PSDB e PT), estado e cidade protagonistas, se unem para ceder ao anseio popular, rogando pela conciliação, anunciando a revogação no aumento das tarifas para o transporte público urbano.

Esse movimento, cremos, poder ser visto por duas formas de análise: 1) a união do *establishment*. O que os relatos qualitativos desse primeiro momento demonstram é que foi exatamente um sentimento da república, expansível para todo o poder público, enquanto intangível, incapaz de conseguir decodificar os anseios da “sociedade<sup>13</sup>”. Desse modo, a união simbólica desses dois líderes de executivo, que no contexto se acotovelavam pela hegemonia da liderança catalisadora de São Paulo, possivelmente foi compreendida como um acirramento das diferenças entre o poder e a massa; 2) a unidade republicana. Um outro olhar menos apaixonado, que apenas é possível distante da visão a quente de junho 2013 pode evidenciar uma tolerância de dois campos distantes, neoliberal e neodesenvolvimentista (BOITO, 2018) diante do ímpeto insurrecto, o que demonstra que o partido no poder (PT) não tentou capitalizar - ao menos não integralmente, como veremos adiante -, o sentimento de 2013. Essa sinalização tolerante vai de acordo com a forma de governança do lulismo, sendo possivelmente um dos traços do *ensaio republicano* (SINGER, 2018).

Aqui cabe um valoroso parêntese: a distância sentida entre o *establishment* e a cidade portadora de todas as contradições capitalistas e seus vitimados, tem sua exceção: a imprensa. Sobretudo os canais de comunicação mais tradicionais que são negados nesse início de junho. O sentimento presente nessas manifestações tomadas por mascarados é exatamente o de agentes do capitalismo vocalizando os interesses contrários aos nas ruas, haja visto que, tão breve a divisão barata entre os “cidadãos” e os “vândalos<sup>14</sup>” propagada se tornou hegemônica (PINTO, 2017; NOVAES, SOLANO e MANSO, 2014<sup>15</sup>).

Um axioma dessa relação conflituosa são as posições de Arnaldo Jabor. Histórico “comentarista” dos canais Globo. Diante do crescimento das manifestações, no dia 12 o

---

<sup>13</sup> Ou tão somente daquele recorte da juventude urbana do início dessa década,

<sup>14</sup> Um traço disto é a atribuição de sentido à tática bloc, hoje já conhecida por grande parte dos cidadãos, a um sentido moralista.

<sup>15</sup> Nesta obra é de destaque uma passagem em que um manifestante vocifera contra um repórter exigindo sua saída de um certo ato, eis que o jornalista responde: “Eu também sou um trabalhador!”

jornalista vai o Jornal da Globo, um dos maiores canhões da maior rede de tele transmissão nacional, para condenar as manifestações ao dizer que: “os manifestantes agiram tal como o crime de organizado<sup>16</sup>”; “que os mais pobres ali eram os polícias” e que a causa predominante era “não ter causa [...] burrice somado ao rancor sem rumo”<sup>17</sup>.

Entretanto, com a sequência das manifestações que tão somente ganharam força e com os graves ferimentos acometidos a uma jornalista, Giuliana Vallone<sup>18</sup> e ao fotógrafo Sérgio de Andrade Silva<sup>19</sup> (este que ficou cego) nos atos do dia 13, Jabor retornou ao ar (dia 17<sup>20</sup>), por coincidência ou não, e fez uma autocrítica. Mais ainda, Jabor interpreta que o sentimento manifestado era com a política de maneira geral, havia um propósito naqueles atos e canaliza a pauta para associar a indignação das ruas com o julgamento do Mensalão<sup>21</sup>- “Afim tudo no Brasil acaba em pizza”. Eis o movimento que hegemonicamente a imprensa faz, mirando de maneira turva o governo. Não à toa um meio de comunicação emerge das ruas para retratar as jornadas. Literalmente mostrando ao vivo os atos e a disposição de como os manifestantes concretamente estavam e como era sua relação com o Aparelho Repressivo de Estado, a Mídia Ninja<sup>22</sup> (ROMÃO, 2013).

Retornando. Pela primeira vez, logo no dia (20) de maior adoção popular, 1,4 milhão de pessoas, às ruas, estavam sem pauta “oficial”. Neste sentido, era perceptível um fortalecimento de vozes abafadas, com reivindicações dissonantes, outrora enfraquecidas pela centralidade do MPL. Outras pautas vão sendo levadas a cabo pelos manifestantes. As pautas mais audíveis nesse curto espaço de tempo sem uma centralidade de bandeira, mantém o mesmo radical, a mesma lógica interna, isto é: os “políticos” enquanto inimigos do “povo”, crítica aos serviços prestados pelo Estado, mas não no sentido neoliberal e sim cobrando maior qualidade e presença... E aí está a associação entre educação e saúde (principalmente,

---

<sup>16</sup> Em referência aos atos de maio de 2006, promovidos pelo Primeiro Comando da Capital (PCC).

<sup>17</sup> <https://globoplay.globo.com/v/2631566/>

<sup>18</sup> Fonte:

<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/reporter-da-folha-ferida-em-manifestacao-em-sp-recebe-alta.html>

<sup>19</sup> Fonte:

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/apos-5-anos-fotografo-cego-pela-pm-diz-que-pouco-se-fala-sobre-os-mais-de-800-feridos-no-brasil-nos-protestos-de-2013.ghtml>

<sup>20</sup> Fonte:

<https://globoplay.globo.com/v/2640269/>

<sup>21</sup> Esse movimento sutil, ou nem tanto, de atribuir a política ou mormente ao lulismo um motivo digno de sublevação, Jabor já havia tentado na intervenção anterior ao indicar a PEC 37, como uma pauta viável.

<sup>22</sup> Ninja é uma sigla para: Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação.

mas não somente esses serviços) no chamado “Padrão FIFA”. Uma referência clara à Copa das Confederações de 2013, evento preparativo para a Copa do Mundo que o Brasil sediou em 2014, precisando reformar e levantar do zero os estádios para atingir o nível FIFA, daí o clamor satirizante.

No ápice das manifestações, de 17 a 20 de junho, todas as capitais participaram ao menos uma vez. Em grande medida, as cidades satélites também tiveram manifestações grandes e poderosas. Tais cidades satélites como Pelotas (RS), Campinas (SP), Petrolina (PE), Cascavel (PR), Uberlândia (MG), Volta Redonda (RJ), Balneário Camboriú (SC), Ribeirão Preto (SP), Londrina (PR), etc. O que compreendemos ser um ponto aberto nos estudos sobre 2013 é a interiorização das manifestações. Salvo raros casos interioranos como Campinas-SP e Londrina-PR, essas cidades que tiveram maiores presenças de manifestantes não trazem consigo problemas urbanos com a intensidade de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, etc. Portanto, imaginamos que questões regionais devem ser estudadas para a compreensão mais detida nessas localidades e também se deve maior peso para o papel das redes.

Singer (2013), ao mencionar esse recorte de tempo, das manifestações singelas com um ou dois mil manifestantes, até a cacofonia de diversas pautas aos black blocs, o autor configura o início da Copa das Confederações<sup>23</sup>, no dia 15, enquanto sendo um “abalo sísmico”. Isto pela energia com que os embates contaminaram as ruas, popularizando ainda mais os atos, trazendo mais relevância para a cobertura da imprensa, inclusive, internacional. As praças onde os jogos ocorreram foram virando um por um palcos de grandes mobilizações, com destaque para Rio de Janeiro - onde foi terminada a Copa no dia 30, com um Brasil X Espanha - e Belo Horizonte<sup>24</sup>, onde o confronto com a polícia foi grandioso.

No entanto, não devemos nos enganar, cada data de ato compõe propriamente sua natureza. O MPL por mais organizado e com a liderança nesse momento, seria incapaz de mobilizar de maneira centralizada tamanha massa, em tantas praças. A presença partidária ou de uma miríade de movimentos sociais seria necessária na tarefa da progressão das pautas, o que é irreal aos tempos do lulismo e do “onguismo”(BRAGA, 2017), isto é, uma forma de canalizar o radical do movimento, o social, para fins mercadológicos.

---

<sup>23</sup> Sobre a Copa das Confederações, Maricato (2013) menciona que o aumento do nível de concentração urbana fez com que as populações já marginalizadas fossem sendo “empurradas” cada vez mais para a margem das cidades, o que, quando comparado com os “mega-eventos” foram motivadores de se pôr mais lenha na fogueira.

<sup>24</sup> Ambas cidades receberam 3 jogos.

De tal sorte, certas cenas foram perdidas de dimensão e diversidade conforme os dias de junho. Um exemplo benfazejo é o dia 17. Talvez o dia mais presente no imaginário inconsciente sobre as jornadas. Após o início da Copa das Confederações, a pauta de tão urbana e referente a grandes centros “escoa” até a Capital Federal, cada vez com mais adesão. Jovens, novamente, tal como na arte urbana de Banksy - entre o romance e a violência -, se postam em cima do Congresso Nacional. Posta em cima do Eixo Monumental de Brasília, a abóbada parabólica invertida, ou a “tigela para cima”, a “casa do povo” é tomada pela multidão. A multidão efetivamente se faz “multi”. São camisas vermelhas, pretas, camisas no rosto cobrindo rostos e bandeiras do Brasil envoltas ao corpo. O cordão de policiais que tentavam proteger o Congresso não foram suficientes. A sombra dos manifestantes nas abóbadas da “tigela” são como fantasmas assombrando a democracia liberal.

Outras cenas são tão simbólicas quanto: ao passo que Movimento Passe Livre era sabatinado no Roda Viva, um dos programas de maior tradição na cobertura política nacional, simultaneamente a sublevação que ao enganar o cordão da repressão trouxe (comicamente) uma escada para subir no teto da casa parlamentar, essa mesma massa saiu após uma negociação, sem violência. A demonstração de força do coletivo já era suficiente; um jovem com a bandeira nacional, que na iminência de se alçar ao coração do poder, em riste mostra o livro da Constituição Federal. Antes e depois do dia 17 a casa parlamentar se manteve intacta<sup>25</sup>.

No dia 21, a presidente Dilma Rousseff se manifestou, legitimando o protesto pacífico, se colocando contra os confrontos entre policiais e os adeptos da tática black bloc. Em seguida, com a permanência dos atos, no dia 24 a presidente recebe membros do Movimento Passe Livre, os 27 governadores dos entes federativos da República, e 26 prefeitos de capitais e propõe cinco pactos nacionais, bem como a desoneração dos impostos do diesel e a destinação de 50 R\$ bilhões em investimento para a mobilidade urbana, promete 100% dos royalties do petróleo brasileiro para a educação e 50% dos recursos advindos do pré-sal<sup>26</sup>.

Eis o cinco pactos:

---

<sup>25</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=bKvf789J1c>

<sup>26</sup> Fonte:

<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/06/dilma-anuncia-cinco-medidas-em-resposta-manifestacoes.html>

1. Responsabilidade fiscal e controle da inflação- vide a relação histórica que a linha predominante do Partido dos Trabalhadores desenvolveu com setores dominantes da burguesia nacional e setores do mercado financeiro. Em primeiro lugar a estabilidade aos “temores” do mercado, a conciliação;
2. Plebiscito para a criação de uma constituinte sobre reforma política;
3. Saúde, isto é: maior aporte financeiro e na sequência a criação do programa Mais Médicos, criado em julho de 2013;
4. Educação (medidas tomadas já foram mencionadas acima);
5. Transportes (*Idem*).<sup>27</sup>

Diferentemente do caso chileno de 2019, em que a proposta de constituinte foi uma saída salutar para o ex-presidente Sebastián Piñera diante dos protestos que arrastavam milhões às ruas também indignados com o neoliberalismo, eclodindo seu governo. No caso de Dilma a proposta não foi para frente<sup>28</sup>. Pelo contrário, o que foi visto foi um aprofundamento das mobilizações.

A medida inegavelmente republicana de acolhimento dos membros do MPL, bem como o reforço simbólico dos prefeitos e governadores não veio sem uma tentativa de capitalização do “espírito” de 2013. O lulismo, desde seus momentos mais profícuos em 2006 com o realinhamento eleitoral catalisado na figura do presidente Lula da Silva (SINGER, 2012), ao contrário de seus colegas da chamada onda rosa, nunca conseguiu ter maioria no legislativo. Naquele momento, cremos, o que se via era uma tentativa de manter a lei e a ordem ao passo em que se tentaria incorporar as movimentações vindas das ruas para o governo - retomando a relação dispersa entre aquela forma de agitação e o partido -, na guisa da queda de popularidade do governo Dilma. Sendo o influxo idealizado para sair de uma

---

<sup>27</sup> Fonte:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/dilma-propoe-5-pactos-e-plebiscito-para-constituinte-da-reforma-politica.html>

<sup>28</sup> É digno lembrar que: as manifestações chilenas são herdeiras de uma tradição de mobilizações e críticas ao neoliberalismo dominante desde a derrota de Pinochet pela “*Campaña del No*” em 1988 e a ascensão de Patricio Aylwin, em 89, sendo o início da “*concertación*”, isto é, uma articulação histórica que concentrou desde o Partido Comunista Chileno, uma nova geração de estudantes, com lideranças orgânicas e os movimentos de povos originários.

crise. O que seria uma tentativa de romper com a lógica interna do *lulismo*, sendo um retorno ao *petismo* (*Idem*).

Tentativa que hoje vive no esquecimento, bem como a tentativa de colocar uma constituinte no debate público nacional. O que também é sintomático. Neste período, após o êxito mundialmente reconhecido na transformação interna e influência internacional do Brasil, gozando dos 87% de aprovação do presidente Lula<sup>29</sup>, o prestígio fica explícito no posicionamento da Reuters 16/12/2010:

“The country’s first working class president, Lula has presided over eight years of sustained prosperity that has transformed Brazil from an economic also-ran into an emerging market giant. His popularity helped propel his former chief of staff Rousseff to the presidency in October elections.”

O que vemos na sequência, com os anos de 2011-12 é uma mudança radical na relação do governo e parte da comunicação social. É sintomático de uma perda de capacidade de defesa do seu legado por parte do governo Dilma. Soares (2018), enxerga uma “Revolução Conservadora dos Intelectuais” no Brasil. Que se move em alguns sentidos. 1) Figuras que se colocavam em defesa dos governos do PT no debate público e na construção de opiniões, aos poucos foram sendo incorporadas aos governos, uma vez que os desgastes políticos iam acontecendo com outras figuras, afinal foi-se mais de uma década de uso de capital político. Isso fez com que a defesa mais imediata destes governos fossem ficando desguarnecidas; 2) por “intelectuais” que se moviam em dois sentidos: a) na incapacidade de se manter relevante na academia e deslizavam para a comunicação social com status de intelectuais e com a chancela da autoridade da vida acadêmica, via de regra vociferando contra os ex-colegas de Universidade, o PT e todo campo à esquerda; b) por comunicadores sem vida intelectual reconhecida por pares da *intelligentsia*, lançados ao posto de "intelectuais" pelos pares dos meios de comunicação de massa, polarizados com o governo, via de regra com sucesso progresso nas redes.

Fato é que neste período de necessidade de disputa do debate público, o lulismo se mostrou frágil. Ao longo destes anos, o que se amplia de maneira grandiosa com as ruas se tornando insurrectas, o lulismo demonstrou fraqueza ao não conseguir incluir o ímpeto das ruas na sua práxis e em não conseguir defender seu legado.

---

<sup>29</sup> Matéria presente em:

<https://www.reuters.com/article/us-brazil-lula-poll-idUSTRE6BF4O620101216>

Deste mesmo modo, algo extraordinário aconteceu em 2013. As Jornadas foram os primeiros momentos em que, desde a redemocratização, os principais entes das ruas não eram votantes do PT. Novamente, o longo período de governo, o aprofundamento do lulismo em suas relações institucionais, o distanciamento com os movimentos sociais, sua ligação cada vez mais íntima com setores burgueses da sociedade<sup>30</sup>, bem como com partidos conservadores - PMDB de Temer, PP de Maluf e (o inexistente) Bolsonaro...- , foram tirando parte da identificação daquele governo com seu público histórico (PINTO, 2017).

É honesto intelectualmente evidenciar que: desde sua massificação, as jornadas de junho contaram com certa diversidade. A pauta, os cantos, bem como a liderança no momento de mais centralidade ficou com os membros do MPL - não era incomum visualizar membros do movimento dando entrevistas, o coletivo assinando capítulos de livros etc. Todavia, ao passo da massificação dos atos uma presença marginal começou a ser sentida (*Ibidem*; ALONSO. 2019). Grupos muito distantes aos interesses do MPL estavam lá, com pautas ecléticas, desde reivindicações como retorno à ditadura, fim da “doutrinação nas escolas” e o combate à corrupção. Junho de 2013 não foi um movimento homogêneo, ao contrário, sua marca é a contradição.

O germe fora lançado. No mesmo dia 21, o MPL se manifesta alegando que irá deixar as ruas. Afirmando que a redução do preço da tarifa na cidade de São Paulo (e também do Rio) havia sido uma vitória popular. O trabalho do movimento agora se voltava para a base, fazendo formações e criando ambientes de debate prósperos para a temática da tarifa zero. Todavia, no dia 20, ao comemorar o recuo no preço das passagens, alguns militantes do PT presentes foram atacados por manifestantes que se brandiam “sem partido” como que numa superioridade moral, seus símbolos do Partido dos Trabalhadores foram violentados<sup>31</sup> e sua presença expurgada.

O MPL ao abdicar das ruas o fazia dizendo que a direita queria dar “ares fascistas” nas manifestações, ao passo que enxergava oportunismo também por parte de ramificações da

---

<sup>30</sup> Há que se rememorar o caso do “campeão nacional”, Eike Batista. Um membro da burguesia nacional, mais voltado para a construção urbana. Foco estratégico dos governos Lula

<sup>31</sup>

<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/sp-mpl-deixa-ato-e-diz-que-direita-quer-dar-a-res-fascistas-a-protestos.1586fb147546f310VgnVCM3000009acceb0aRCRD.html> (Nessa matéria há material fotográfico que indica a violência).

esquerda<sup>32</sup>. No entanto, o ato de “desistir” das ruas, de desistir do debate público, cremos, corresponde a um erro tático extraordinário, que agride o tom mais audível das ruas, o “espírito” das jornadas e a própria raiz do Movimento - o que não se limita ao movimento em si, mas há um grande acúmulo histórico por parte de diversos movimentos sociais, que remonta a origem do próprio MPL no FSM; ademais a aliança com a Consulta Popular (atual Levante Popular da Juventude<sup>33</sup>), a forte presença do MTST nos atos, etc. Essa ausência de disputa da massa que se fazia presente contra aquela forma de sociabilidade criou um vácuo.

Esse vácuo em questão foi preenchido por organizações de direita que há muito vinham se organizando via redes sociais para fazer frente à hegemonia lulista (ROCHA, 2015), disputando narrativas, se proliferando nos algoritmos. Portanto, aqui se tiram duas hipóteses: 1) enxergamos uma ausência de radicalização do partido no governo que não quis ou foi capaz de articular os interesses insurrectos do seus semelhantes (semelhança que ficará nítida na segunda parte da pesquisa), negando sua origem operária, do mesmo modo que, nem sequer foi capaz de lutar por sua imagem - desguarnecendo, inclusive, sua principal liderança na institucionalidade; 2) o líder de 2013 abdicou de seu momento Lenin (OLIVEIRA, 2006), fortalecendo seu campo contrário.

Sobre esse segundo ponto, o erro de análise do MPL enquanto representante de um campo teve maior efeito quando observado o efeito na massa. O ato de sair das ruas corresponde a um abandono da política<sup>34</sup>. O que em grande medida é o sentimento geral das massas de anti *establishment*. O sentimento de não ser representado pela política corre numa linha tênue perigosa de: negar a política de maneira abstrata, colocando nos mesmos termos a institucionalidade (burguesa) e a prática, tratando partidos antagônicos enquanto idênticos, o que nega, inclusive, a historicidade dos fatos que compõem república, e o que corresponde a um idealismo, de uma necessidade não atendida de uma força política “pura” e “legítima”.

Esse idealismo adotado pelo MPL, novamente, corre no sentido contrário de sua raiz materialista. O próprio modo como o movimento social compreende sua pauta central, a

---

32

<https://oglobo.globo.com/politica/movimento-passe-livre-sai-de-protesto-nao-levanta-bandeiras-87646>

<sup>33</sup> Coletivo ligado ao campo Democrático e Popular (PT e MST)

<sup>34</sup> Abandono feito por linhas tortas, a bem dizer. O MPL esteve presente com a presidência da república, trouxe propostas e apresentou uma carta. Notadamente, é uma postura democrática não repulsiva, nada que se compare com o que viria na sequência da década.

“tarifa zero” é pautada numa análise concreta da sociedade capitalista, o que potencializa sua contradição. Vejamos:

As catracas do transporte são uma barreira física que discrimina, segundo o critério de concentração de renda, aqueles que podem circular pela cidade daqueles condenados à exclusão urbana. Para a maior parte da população explorada nos ônibus, o dinheiro para a condução não é suficiente para pagar mais do que viagens entre a casa, na periferia, e o trabalho, no centro: a circulação do trabalhador é limitada, portanto, à sua condição de mercadoria, de força de trabalho. (MOVIMENTO PASSE LIVRE, et al, 2013, p. 15)

Portanto, essa visão enquanto sintoma da ebulição nas ruas, encontra na estruturação da sociedade, na exploração do homem pelo homem o seu radical<sup>35</sup>- o que é constituído por ditames jurídico-legais compassivos a classe dominante (POULANTZAS, [1968] 2019). Todavia, o contraditório está ao fato de que esses jovens ao repudiar todas as forças políticas indistintamente por mais que quisessem mais presença do Estado em sentido social (MAIOR: 2013), estes manifestantes estariam acolhendo exatamente o discurso de agentes contrários aos seus interesses, isto é, a ideologia dominante:

Assim, sob este aspecto, apesar do uso das redes sociais e da crítica aos meios de comunicação, a maioria dos manifestantes aderiu à mensagem ideológica difundida anos a fio pelos meios de comunicação de que os partidos são corruptos por essência [...] Como se sabe, essa posição dos meios de comunicação tem a finalidade de lhes conferir o monopólio das funções do espaço público, como se não fossem empresas capitalistas movidas por interesses privados. (CHAUI, 2013)

Dessa forma, as ruas se tornaram um ambiente ávido para a disputa ideológica, a intensa gama de ideologia difundida pelos Aparelhos Ideológicos de Estado encontra na população, já insuflada, vazão. Mesmo que no sentido contrário ao hegemônico presente nas ruas, que tinham caráter progressista. O que demonstra uma incapacidade crônica<sup>36</sup> dos movimentos sociais em conseguirem sustentar o grau de mobilização daqueles de junho, difundir a indignação para outros movimentos relativos a outras agruras urbanas, aprofundando as pautas relativas a política urbana para além da tarifa e escorrendo para outras pautas. Enfim, as manifestações são da direita<sup>37</sup>.

---

<sup>35</sup> Afinal, o que seria a catraca enquanto uma forma mercadológica discriminatória de excluídos/explorados senão uma forma de “racionalização neoliberal” (DARDOT; LAVAL, 2016) no sentido de negação ao direito à cidade.

<sup>36</sup> Harvey (2012): “Infelizmente, os movimentos sociais não são suficientemente fortes ou mobilizados para impor esta solução; nem convergiram ainda para o objetivo específico de obter maior controle sobre a utilização dos excedentes, sem falar das condições da sua produção.”

<sup>37</sup> Um outro fato curioso, antes do MPL se retirar das ruas e deixar um vácuo conspícuo naquele cenário de instabilidade, havia na comunicação social (AIE) uma tentativa de disputa das pautas das jornadas, vejamos: ao escrutinar uma das lideranças do MPL, Lucas Monteiro, de maneira ambígua a equipe de reportagem da Globo insinua motivos pelos

Deste modo, após apresentado o cenário do primeiro momento de manifestações, em junho de 2013, agora iremos analisar os dados disponíveis sobre o perfil dos manifestantes. Novamente cabe ressaltar que cada manifestação, em cada praça, corresponde a uma fórmula de vinculação com as contradições urbanas de maneira específica<sup>38</sup>.

Levando em conta os dados disponibilizados pelo Centro de Estudo de Opinião Pública da UNICAMP (CESOP) realizado nos atos do dia 17, coletando uma amostragem dos manifestantes, conseguimos ter uma noção de quem estava concretamente nas ruas: em termos de hereditários se trata predominantemente de jovens entre 17 e 33 anos, 77, 8%; 62% dos presentes estavam ativos em uma graduação ou já eram graduados; em questões ocupacionais a divisão mais forte ficava entre trabalhadores assalariados 38,9% e estudantes 21,8%<sup>39</sup>.

Levando em consideração estes primeiros dados citados acima, conseguimos tirar algumas impressões. O primeiro, mais coerente com os relatos qualitativos, as vídeo-filmagens e os documentos jornalísticos disponíveis na rede que retratam o que foi junho de 2013 é o caráter jovem das manifestações, com mais diversidade do que se verá ao longo das manifestações de 2015, por exemplo, dominada pela classe média mais normativa (SOLANO; ORTELLADO, 2016). Contudo, estes dados trazem uma dificuldade nos estudos sobre as jornadas de junho: a ausência de dados envolvendo a variável raça (autoidentificação de pele) por parte dos respondentes e ausência da variável trabalho associado ao estudo.

Com relação a esta última ausência, com eventual variável, poderíamos aproximar o público presente nas ruas com o que Braga chama de precariado (2012; 2017). Isto é,

---

quais haveria necessidade de se manter em sublevação: “PEC 37, Chega de Corrupção...” <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/mpl-diz-que-nao-convocara-novos-protestos-em-sao-paulo.html>> A intervenção do Aparelho Ideológico se desnuda de maneira pouco pudica, representando muito mais o interesse do grande Capital associado uma vez que, por outras vozes o movimento já explicitara outras conquistas por vir, inclusive, pela voz de sua maior liderança nesse recorte, Mayara Vivian, três dias antes, ao comemorar a vitória em questão, mirava: “Tarifa zero! Reforma agrária! Reforma urbana [...] acabar com o latifúndio nesse país” <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/06/sao-paulo-e-rio-de-janeiro-reduzem-preco-das-passagens-apos-protestos.html>>. Essa maliciosa indução feita pelo Aparelho corresponde uma tentativa de tomada da pauta, de instrumentalização das manifestações.

<sup>38</sup> Relembrando Marx e Engels (2002, p. 18): “Eis, portanto, os fatos: indivíduos determinados com atividade produtiva segundo um modo determinado entram em relações sociais e políticas determinadas. E, cada caso isolado, a observação empírica deve mostrar nos fatos [...]”

<sup>39</sup> Dados presentes em:

[https://www.cesop.unicamp.br/vw/1KACTyDA0\\_MDA\\_48ffc\\_/TF\\_03376.pdf](https://www.cesop.unicamp.br/vw/1KACTyDA0_MDA_48ffc_/TF_03376.pdf)

trabalhadores precarizados, com mais vazão na informalidade via capitalismo de plataforma e no trabalho terceirizado. Muito comumente, são jovens recém saídos das universidades sem condição de encontrar trabalho com estabilidade e com remuneração adequada a sua formação. O que se comunica grandemente com o modo como o lulismo articulou os mercados e a educação. Deste modo, o avanço das contradições e a progressiva piora nas condições de trabalho tenderiam a criar um ambiente propício para as insurreições, fora do sindicalismo.

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 1 Até R\$ 1.356,00	255	31,3	31,3	31,3
2 De R\$ 1.356,01 até R\$ 2.034,00	174	21,3	21,3	52,6
3 De R\$ 2.034,01 até R\$ 3.390,00	149	18,3	18,3	70,9
4 De R\$ 3.390,01 até R\$ 6.780,00	129	15,8	15,8	86,7
5 De R\$ 6.780,01 até R\$ 13.560,00	45	5,5	5,5	92,3
6 De R\$ 13.560,01 até R\$ 33.900,00	13	1,6	1,6	93,9
7 R\$ 33.900,01 ou mais	2	,2	,2	94,1
97 Recusa	25	3,1	3,1	97,2
99 Não sabe	23	2,8	2,8	100,0
Total	815	100,0	100,0	

Os primeiros dados acima citados denunciam uma presença mais jovem nos atos de 2013. Levando em conta os dados do mesmo banco (CESOP-UNICAMP) em outro dia de manifestações com o foco sobre o rendimento familiar, o que vemos é uma presença mais intensa de manifestantes com baixos níveis de rendimento, muito provavelmente membros da classe trabalhadora, junto com uma presença não descartável de manifestantes de classe média e por fim, uma presença singela dos estratos mais abastados. A presença massiva de setores mais pauperizados pode indicar uma indignação por parte do precariado, o que possivelmente dialogaria com a raiz do MPL, isto é, um movimento social contrário a racionalização neoliberal ao que aflige o acesso urbano à cidade transformada em uma mercadoria.

**QUADRO 4**  
Localização dos manifestantes no espectro ideológico.  
São Paulo, 20/06/2013

---

Esquerda	Centro-esquerda	Centro	Centro-direita	Direita	Não sabe
22%	14%	31%	11%	10%	13%

---

Fonte: Datafolha.

Com relação a autoidentificação ideológica, por mais que, como demonstrado anteriormente, as pautas sejam questões históricas da esquerda, a liderança seja uma liderança anticapitalista e mais especificamente anti-neoliberal, no entanto, o que vemos é uma auto identificação maior por parte dos respondentes ao centro, e na sequência uma presença mais intensa à esquerda, o que é mais lógico.

Esta maior presença ao centro poderia ser considerada uma contradição, todavia, cremos que alguns fatores possibilitam uma compreensão mais aguçada dos fatos que constroem essa percepção, sem negar a historicidade e a tradição política por trás do MPL, as contradições urbanas e sem cair no pensamento que os manifestantes que lá estavam foram enganados ou alguma anomalia seja a razão dessa “contradição”. São elas:

1) o grande tempo dos governos de Lula e Dilma, o período de “hegemonia” do lulismo por sua condição pouco *mobilizadora*, com uma situação partidária muito estruturada, com uma rede internacional de contato com partidos progressistas, de juventude, ligação com movimentos sociais (como o MST) que, por vezes, transbordam a práxis e consolidam aspectos culturais do campo democrático e popular (SINGER, 2000) - tal como a estética, os bonés e as camisetas -, a presença muito constante na comunicação social, tanto por ser governo, como pela espetacularização do julgamento do chamado “Mensalão”, com o passar dos anos... Esses fatos ao longo do tempo, reflexos da condição hegemônica do lulismo, foram consolidando uma situação “polar” do PT, uma associação entre o ser de esquerda e o Partido dos Trabalhadores. De tal forma, não se pode deixar de lembrar a forte presença dos meios de comunicação que, quando não ficavam no sensacionalismo criminal, miravam em qualquer medida tomada pelo executivo no sentido do neodesenvolvimentismo enquanto

sendo fora da lógica capitalista. Se estamos tratando de uma juventude, com grande contingente se compreendendo enquanto ser social durante o lulismo, durante toda a vida a presidência da república era guiada por um político do PT e durante toda a vida, o PT foi vendido enquanto um “agente do socialismo bolivariano”. Portanto haveria rejeição tanto pela direita, envergonhada historicamente do legado ditatorial (KAYSEL, 2015; PIERUCCI, 1992), quanto à esquerda radical, que, possivelmente ascendeu ante a hegemonia.

2) Singer (2022a), ao analisar a reativação da direita brasileira no cenário nacional durante a posterioridade dos anos pós 2013, traz uma sequência histórica da auto identificação ideológica desde a redemocratização (1990, 2000, 2003, 2006, 2010, 2016, 2017 e 2019), de tal sorte, o que vemos é uma presença sempre maior da auto identificação do brasileiro com a direita<sup>40</sup>. Deste modo, o que vemos nos dados das manifestações é uma presença menor da direita, afinal eram manifestações de esquerda; a esquerda estava presente de maneira considerável, mas não de modo prevalente; o centro era era o contingente mais presente, o que pode significar um ambiente fértil à direita.

**QUADRO I**  
Idade dos manifestantes

Faixas	São Paulo 17/06	São Paulo 20/06	Rio de Janeiro 20/06	Oito capitais 20/06	Belo Horizonte 22/06
Mais jovens	53% (12 a 25)	51% (12 a 25)	41% (15 a 24)	43% (14 a 24)	55% (Até 25)
Idade intermediária	35% (26 a 35)	31% (26 a 35)	39% (25 a 34)	38% (25 a 39)	29% (26 a 39)
Mais velhos	12% (acima de 36)	19% (acima de 36)	20% (acima de 35)	19% (acima de 40)	17% (Acima de 40)
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Para São Paulo, Datafolha. Para Rio de Janeiro, Plus Marketing. Para oito capitais, Ibope. Para Belo Horizonte, Innovare.

<sup>40</sup> A única exceção é que no intervalo entre 2016 e 2017, em que o centro passou a direita e na sequência a direita passou a frente, novamente.

**QUADRO 2**  
Escolaridade dos manifestantes

Faixas	São Paulo 17/06	São Paulo 20/06	Rio de Janeiro 20/06	Oito capitais 20/06	Belo Horizonte 22/06
Mais baixa	1% (Fund.)	2% (Fund.)	14% (Fund.)	8% (Médio incomp.)	4% (Fund.)
Intermediária	22% (Médio)	20% (Médio)	52% (Médio comp./ Sup. inc.)	49% (Médio comp./ Sup. inc.)	31% (Médio)
Alta	77% (Sup.)	78% (Sup.)	34% (Sup. comp.)	43% (Sup. comp.)	66% (Sup.)
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Para São Paulo, Datafolha. Para Rio de Janeiro, Plus Marketing. Para oito capitais, Ibope. Para Belo Horizonte, Innovare.

Os dados relativos à idade dos respondentes de maneira comparativa entre São Paulo e outras capitais como Rio de Janeiro de Belo Horizonte se move em dois sentidos: 1) reafirmar o aspecto jovem das manifestações. Em algum sentido, inclusive, potencializa essa percepção, visto que, alguns questionários possibilitaram as respostas de menores de idade e de maneira predominante esses jovens estiveram nas ruas. Uma possibilidade para encarar esse fato que os dados deixam escancarado se deve novamente as redes. Por diversas questões, ao tratar do início da década de 2010, os jovens de regiões mais urbanizadas do Brasil continuam mais condições de ter acesso às redes, em um período constituído mais por comunidades do que por grupos no *Whatsapp*, como veremos nas próximas páginas, não há dúvida que as redes foram fundamentais; 2) uma visão complementar seria aquela exposta por Solano, Novaes e Manso (2014), ao acompanharem as mobilizações com especial foco nos Black Blocs, os eventos de 2013 causaram uma grande comoção na juventude. O sentimento de “estar mudando o Brasil” foi fundamental para as manifestações se constituírem enquanto sendo um ambiente de cultura própria, flertando com o romance e a violência, as camisetas pretas escondendo o rosto, a bandeira do Brasil envolta ao corpo frente aos embates com a PM. Essa

inconsequência/inocência certamente se potencializou com pessoas fidedignamente jovens<sup>41</sup>. Isto posto, novamente, evidencia o potencial vazio que as manifestações tiveram sem a centralidade de um movimento político apto a politizar a indignação.

**QUADRO 3**  
Renda familiar mensal dos manifestantes

Faixas	Rio de Janeiro 20/06	Oito capitais 20/06	Belo Horizonte 22/06
Mais baixa (até 1 SM)	34%	15%	20%
Intermediária 1 (de 2 a 5 SM)	54%	30%	36%
Intermediária 2 (de 6 a 10 SM)	1%	26%	24%
Alta (mais de 11 SM)	10%	23%	21%
Total	100%	100%*	100%

Fonte: Para Rio de Janeiro, Plus Marketing. Para oito capitais, Ibope. Para Belo Horizonte, Innovare.  
\* 6% não responderam.

Por fim, ao olharmos para a variação de renda, levando em conta a primeira tabela apresentada, se trata em específico da cidade de São Paulo e os dados apresentados na tabela fala sobre Rio de Janeiro, Belo Horizonte e outras capitais, o que vemos é uma variação notável nas mobilizações na capital fluminense. As mobilizações no Rio tiveram manifestantes com renda familiar baixa e intermediária 1 em contingente bem maior que as outras praças, pelo contrário, em outras capitais há indícios de que os atos tenham contado com um público mais abastado. Pensamos que, essa variação, bem como o indício de mais renda em outras praças centrais de seus Estados seja um sinal de uma variação ainda não investigada.

<sup>41</sup> Esses traços culturais tem seus reflexos: as histórias em quadrinhos do “Doutrinador” foram criadas ao longo das jornadas de 2013, a história se baseia em um ex-militar da ditura de 1964, que ao se revoltar com a política, caça e assassina políticos corruptos, as histórias primeiro tiveram sucesso nas redes durante as jornadas, apenas a posteriori conseguiram uma editora; a banda de rock Raimundos, no *hype* das manifestações, lança nas redes a música “politics” (políticos) que com palavras associa a ex-presidente a prostituição e pornografia e chama as pessoas às ruas. Rock e HQ, dois signos adolescentes.

O fato de o MPL estar concentrado na capital paulista e não ter tentáculos o suficientes para guiar outros “públicos”, pode ter possibilitado o espaço para outras pautas e evidente, outros públicos. Outro fator que também pode ter tido significância é a condição geográfica de outras praças, os problemas “neoliberais” enfrentados pela juventude paulista e carioca não necessariamente se repetem nas outras capitais brasileiras - o que se materializa na perda da centralidade da pauta “transporte público”. Todavia, o grau de notoriedade que os atos tiveram, a solidariedade da sociedade civil frente a força descabida das polícias floresceram essas mobilizações, aprofundando a crise política.

### ***2.3 O segundo momento***

Em um “segundo momento”, a feição das manifestações muda substancialmente, tanto nas pautas, quanto nas lideranças e principalmente no perfil dos manifestantes. Por esse motivo estamos dividindo as manifestações em dois períodos, cremos ser um erro analítico colocar esses dois momentos na mesma quadra interpretativa. Neste momento, em especial, o tronco das inquietações não é mais a vida urbana e os reflexos do capitalismo neoliberal na periferia, os cartazes cheios de catarse trazem consigo um apelo moralizante à política, a pauta é corrupção.

Segundo Pinto (2017), ao interpretar o efeito narrativo das manifestações enxerga que, os manifestantes do momento “pós-MPL” ao se utilizarem da corrupção como principal causa de mobilização, estariam deslocando o significante lógico relacionado a um contexto específico, relacionando a palavra corrupção a uma miríade de situações em que o apelo moral conviesse a servir a indignação, colocando o sentido da pauta corrupção na condição do significante vazio. Significante vazio porque ao tentar falar de tantas coisas, acabava por não dizer nada. Portanto, reivindicações relacionadas à saúde, educação (ambas mencionadas na parte 2.1), eventos FIFA, mensalão, PEC 37... São diversas pautas, o que potencializou uma cacofonia nas ruas.

A mudança no corpo das manifestações fica evidente nas pesquisas realizadas junto aos manifestantes, especialmente as de 2015-2016, se levarmos em conta os dados relativos a manifestação de 13/03/2016 realizado na Avenida Paulista vemos que: eles se caracterizam como mais velhos que os de 2013, 39,8% dos manifestantes com 51 anos ou mais, graduados majoritariamente 44,3%, e com boa participação em pós-graduação 24,6%, sendo apenas 0,4% de analfabetos; mais de 50% de inconformados com salários variantes entre 5 ou mais

salários mínimos<sup>42</sup>, em termos de ocupação, a maior presença era de assalariados registrados 31,1%, empresário 12,3%, autônomo regular 11,9% e aposentados 10,6%. Ademais, estes se materializam sendo contrários aos grandes partidos políticos, mesmo que votantes em Aécio (66,8%) em 2014.

**IDADE IDADE FAIXA**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1 De 12 a 20 anos	88	3,9	3,9	3,9
	2 De 21 a 25 anos	109	4,8	4,8	8,7
	3 De 26 a 35 anos	426	18,8	18,8	27,5
	4 De 36 a 50 anos	739	32,7	32,7	60,2
	5 51 anos ou mais	900	39,8	39,8	100,0
	Total	2262	100,0	100,0	

**escola ESCOLARIDADE**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1 Analfabeto/ primario incompleto	9	,4	,4	,4
	2 Primario completo/ Ginásial incompleto	41	1,8	1,8	2,2
	3 Ginásial completo	45	2,0	2,0	4,2
	4 Colegial incompleto	52	2,3	2,3	6,5
	5 Colegial completo	365	16,1	16,1	22,6
	6 Superior incompleto	193	8,5	8,5	31,2
	7 Superior completo	1001	44,3	44,3	75,4
	8 Pós graduação	556	24,6	24,6	100,0
	Total	2262	100,0	100,0	

<sup>42</sup> O salário mínimo em 2016 era de 880 R\$.

**rendaf RENDA FAMILIAR MENSAL**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1 Até R\$ 1.760,00	135	6,0	6,0	6,0
	2 De R\$ 1.761,00 até R\$ 2.640,00	180	8,0	8,0	13,9
	3 De R\$ 2.641,00 até R\$ 4.400,00	379	16,8	16,8	30,7
	4 De R\$ 4.401,00 até R\$ 8.800,00	588	26,0	26,0	56,7
	5 De R\$ 8.801,00 até R\$ 17.600,00	543	24,0	24,0	80,7
	6 De R\$ 17.601,00 até R\$ 44.000,00	243	10,7	10,7	91,4
	7 R\$ 44.001,00 ou mais	50	2,2	2,2	93,6
	97 Recusa	110	4,9	4,9	98,5
	99 Não sabe	34	1,5	1,5	100,0
	Total	2262	100,0	100,0	

**cor COR**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1 Branca	1746	77,2	77,2	77,2
	2 Preta	93	4,1	4,1	81,3
	3 Parda	333	14,7	14,7	96,0
	4 Amarela	65	2,9	2,9	98,9
	5 Indígena	8	,4	,4	99,2
	97 Recusa	1	,0	,0	99,3
	98 Outra	12	,5	,5	99,8
	99 Não sabe	4	,2	,2	100,0
	Total	2262	100,0	100,0	

Um dos dados mais chamativos ao observar a diferença da composição das manifestações de 2013 e as demais manifestações nos anos subsequentes é a variável raça. Como mencionado anteriormente não temos dados sobre a composição étnica das jornadas de junho de 2013, todavia, um dos efeitos daquele ciclo de manifestações foi a ascensão de coletivos, e a posteriori frações em partidos (não apenas progressistas) de linhas identitárias (GALVÃO, TATAGIBA, 2022; ALONSO, 2019), buscando exatamente dar vazão a este “público” marginalizado- não podemos nos esquecer que a truculência da polícia também era motivo de indignação e solidariedade, em especial dos agentes da tática Black Bloc, os que

mais sofrem a violência das polícias brasileiras são os periféricos que, são pretos, via de regra<sup>43</sup>.

O que podemos tirar dos dados? Que os membros desse ciclo de manifestações eram majoritariamente brancos, com condição financeira abastada, com alto grau de escolaridade e com idade mais elevada, ao contrário de jovens recém chegados ao mercado de trabalho e com baixos rendimentos de 2013. Estamos tratando, de modo predominante, de pessoas de classe média, não apenas nas pautas e nas lideranças que há diferença, estamos tratando de outra classe.

**Tabela 1**  
**Confiança nos partidos políticos (%)<sup>10</sup>**

	Partidos	PT	PSDB	PMDB	Rede	PSOL
Confia muito	01,10	00,20	11,00	01,40	02,60	01,90
Confia pouco	25,20	03,70	41,20	16,30	14,00	16,10
<b>Não confia</b>	<b>73,20</b>	<b>96,00</b>	<b>47,60</b>	<b>81,80</b>	<b>61,10</b>	<b>77,10</b>
Não conhece	00,00	00,00	00,00	00,40	21,50	04,70
Não respondeu	00,50	00,20	00,20	00,20	00,70	00,20

**Tabela 2**  
**Confiança nos políticos (%)<sup>11</sup>**

Políticos	Aécio Neves	Dilma Rousseff	Eduardo Cunha	Fernando Haddad	Geraldo Alckmin	Marina Silva
Confia muito	00,40	22,60	00,40	03,20	02,10	29,00
Confia pouco	28,90	<b>48,30</b>	02,50	17,00	08,40	<b>41,50</b>
<b>Não confia</b>	<b>69,90</b>	<b>28,40</b>	<b>96,70</b>	<b>73,40</b>	<b>87,60</b>	<b>28,00</b>
Não conhece	00,00	00,40	00,20	06,10	01,40	00,90
Não respondeu	00,90	00,40	00,40	00,40	00,50	00,70
		Pastor Feliciano	Jean Willys	José Serra	Luciana Genro	Lula
Confia muito		03,90	03,90	23,80	04,00	01,40
Confia pouco		13,10	09,80	<b>42,70</b>	12,30	02,50
<b>Não confia</b>		<b>75,10</b>	<b>70,20</b>	<b>32,70</b>	<b>74,30</b>	<b>95,30</b>
Não conhece		07,20	15,60	00,20	08,90	00,40
Não respondeu		00,70	00,50	00,50	00,50	00,50

<sup>43</sup> Um dos sinônimos desta relação centro x periferia, pretos x brancos é a mudança da praça das manifestações, passando do Anhangabaú para a Avenida Paulista (SOLANO, ORTELLADO; MORETTO, 2017). Novamente, lembro, a intenção dos manifestantes de junho em ocupar a Paulista foi duramente reprimida. Contudo, o público de 2015-16 tornou praxe o desfile dos manifestantes na Paulista, incluindo adornos e escolta da PM.

**Tabela 6**  
**Gravidade de escândalos de corrupção (%)**

	Lava Jato	Zelotes	Metrô/CPTM	Mensalão PT	Mensalão tucano
Grave	99,00	58,80	87,40	99,30	80,20
Não grave	00,50	03,00	04,90	00,20	06,70
Não sei	00,20	38,00	07,40	00,20	12,60
Não respondeu	00,20	00,20	00,20	00,20	00,50

**Tabela 7**  
**Percepção do envolvimento de políticos com corrupção (%)**

	Dilma Rouseff	Geraldo Alckmin	Fernando Haddad	Aécio Neves	Eduardo Cunha	Renan Calheiros
Sim	<b>89,60</b>	41,70	<b>77,00</b>	37,80	<b>70,90</b>	<b>93,80</b>
Não	04,70	<b>36,30</b>	09,60	<b>35,80</b>	08,10	00,70
Não sei	05,40	<b>21,70</b>	13,10	<b>26,20</b>	20,70	05,20
Não respondeu	00,20	<b>00,20</b>	00,20	<b>00,20</b>	00,20	00,20

Os dados de Solano e Ortellado (2016), referentes a estas últimas tabelas nos mostram como se comportam esses manifestantes (eventos de 2015), em termos de emissão de opiniões políticas. A tabela 1 e 2 nos mostra a confiança dos manifestantes com relação aos partidos políticos e a alguns políticos propriamente. O quadro é de um forte sentimento anti político. Todos os partidos estão em uma quadra de desconfiança, com especial atenção para PT, PSDB e PSOL. PT e PSOL, cremos, por serem, como outrora mencionado, o sinônimo de esquerda, com recorrência comentado nos meios de comunicação de massa, ignorando outras “formas” de movimentos sociais, como o próprio MPL e os partidos da esquerda radical, são duramente rechaçados pelos manifestantes; por outro lado, o PSDB, a mais tradicional organização de políticos neoliberais progressistas do pós ditadura se encontra numa situação ambígua, sendo quase parelha a relação de confiança mínima e desconfiança.

O que nos dá um quadro mais consolidado é a relação de desconfiança com Geraldo Alckmin com 87% e também de Aécio Neves 69,9%. Portanto, o sentimento é de não identificação com partidos e com os políticos “consolidados”, associado a um outro sentimento, mais intenso, anti-esquerda. De maneira complementar, o PMDB é o segundo partido com mais rejeição (88%), cremos que por conta de sua associação com o PT, o partido ostenta a vice-presidência, as presidências das casas parlamentares e alguns ministérios de menor destaque.

Mais revelador fica o quadro ao levarmos em conta os dados da tabela 7. A referida tabela traz a percepção dos respondentes quanto ao políticos e sua possível ligação com esquemas de corrupção. Os membros do Partido dos Trabalhadores, a presidente Dilma Rousseff e Fernando Haddad contam com, respectivamente, 88% e 77% da percepção dos respondentes quanto à possibilidade de serem corruptos, o também governista Renan Calheiros (PMDB) com 93%. Entretanto, na contramão da percepção dos políticos enquanto corruptos de maneira integral, os políticos do PSDB Geraldo Alckmin e Aécio Neves, figuras mais próximas à direita contam com apenas, respectivamente, 41,7% e 37,80% da percepção de serem corruptos. Estes políticos podem não contar com a confiança da classe média quanto ao seu trabalho, mas não são considerados corruptos. Vale lembrar que a corrupção, no sentido de valência moral, era a principal causa dos respondentes.

Ainda sobre a centralidade da pauta corrupção, Martuscelli (2016), ao analisar o que havia de comum nas crises de 1930, 1954, 1964, 1992, 2005 e 2016, momentos em que a “bandeira corrupção” foi fundamental para os atos<sup>44</sup>, o autor descreve uma relação de atrito entre o grande Capital e os governos da época, atrito que diz respeito a qual rumo o Estado brasileiro deveria tomar. Esses momentos de crise tiveram como porta voz do grande Capital os meios de comunicação de massa (sobretudo meios como Estadão, Veja, Folha, O Globo, etc, em casos mais recentes), não à toa, a pecha difundida ao lulismo, bem como seus congêneres da onda rosa: o kirchnerismo argentino, o Movimiento Al Socialismo boliviano (MAS), chavismo venezuelano etc<sup>45</sup>, de populista, via de regra, é seguido por acusações de corrupção.

Nesse sentido, há uma proximidade entre a acusação de corrupção de um governo e o não atendimento de interesses de setores da classe dominante, sobretudo aqueles setores próximos aos interesses do rentismo e contrários ao produtivismo. Todavia, esses setores dominantes não têm capacidade, per se, de sublevação. Dessa forma, há a necessidade de uma classe-apoio que consiga massificar as reivindicações burguesas, reforçando as imoralidades difundidas pelos meios de comunicação de massa e por fim, reivindicando interesses próprios.

---

<sup>44</sup> Como na Aliança Liberal, na morte de Getúlio em 54, o golpe militar de 64, a queda de Collor (com a denúncia de corrupção feita por seu irmão), na espetacularização do mensalão e no golpe parlamentar de 2016. Sobre a definição de golpe parlamentar sofrido pelo governo Dilma 2, ver: Martuscelli (2020).

<sup>45</sup> Outros exemplos seriam os governos de Michele Bachelet no Chile e Rafael Correa no Equador. Em todos os casos, o que o autor coloca como causa da unidade centralizada no chamado populismo, o fato dos governos se colocarem enquanto uma alternativa ao neoliberalismo de governos anteriores.

Eis o papel da classe média, refletido na insurreição moralizante e anti-esquerda. A pauta corrupção é uma pauta de classe, amplamente difundida contra governos viés popular, contra o lulismo, no caso em questão, sendo bem sucedida na tarefa de difusão e influxo nos meios da classe média próximos a ideologia da meritocracia - de valorização do trabalho, contrário ao “populismo” governista -, difundida pela burguesia (CAVALCANTE, 2015<sup>46</sup>).

**Tabela 4**  
**Confiança na imprensa (%)<sup>14</sup>**

	Imprensa	Folha de S.Paulo	Estado de S. Paulo	Veja	Carta Capital	Jornal Nacional	Jornal Record	Globo News	El País	BBC
Confia muito	21,00	26,00	<b>40,20</b>	<b>51,80</b>	16,80	16,30	14,90	<b>34,50</b>	09,50	31,70
Confia pouco	<b>57,80</b>	<b>42,30</b>	<b>41,90</b>	<b>31,90</b>	19,50	<b>45,70</b>	<b>42,00</b>	<b>38,90</b>	17,20	23,60
Não confia	20,80	<b>29,80</b>	14,70	14,70	<b>32,60</b>	<b>37,10</b>	<b>31,30</b>	22,60	14,70	09,10
Não conhece	00,20	01,90	03,20	01,60	<b>30,70</b>	00,50	11,40	03,90	<b>58,50</b>	<b>35,20</b>
Não respondeu	00,20	00,00	00,00	00,00	<b>00,40</b>	00,40	00,40	00,20	<b>00,20</b>	<b>00,40</b>

**Tabela 5**  
**Confiança em comentaristas políticos (%)<sup>15</sup>**

	Demétrio Magnoli	Guilherme Boulos	Gregório Duvivier	Jânio de Freitas	José Luiz Datena	Luis Nassif
Confia muito	9.50	2.50	4.00	7.20	18.20	12.10
Confia pouco	11.70	10.90	14.90	17.50	<b>33.10</b>	23.10
Não confia	6.70	18.90	17.50	11.70	<b>43.80</b>	<b>25.40</b>
Não conhece	<b>71.10</b>	<b>66.80</b>	<b>62.50</b>	<b>62.70</b>	4.00	<b>38.50</b>
Não respondeu	<b>1.10</b>	<b>0.90</b>	<b>1.10</b>	<b>0.90</b>	0.90	<b>0.90</b>
	Olavo de Carvalho	Paulo H. Amorim	Raquel Sheherazade	Reinaldo Azevedo	William Bonner	Vladimir Safatle
Confia muito	17.20	<b>28.00</b>	<b>49.40</b>	<b>39.60</b>	25.20	4.20
Confia pouco	17.90	<b>38.50</b>	<b>21.70</b>	19.80	<b>45.00</b>	17.30
Não confia	10.70	25.00	11.40	9.80	<b>27.70</b>	16.50
Não conhece	<b>53.60</b>	7.50	16.60	<b>29.80</b>	1.20	<b>61.10</b>
Não respondeu	<b>0.70</b>	0.90	0.90	<b>1.10</b>	0.90	<b>0.90</b>

Nas tabelas 3,4,5, 8 e 9 temos as emissões de opiniões que não envolvem a percepção ao redor de esquemas de corrupção, políticos e nem partidos. Focando primeiro nas tabelas 3,

<sup>46</sup> A análise do autor sobre a bandeira da corrupção é de que: “Contudo, como a corrupção é estrutural a qualquer sistema político que está inscrito no interior da luta entre frações da classe dominante e grupos econômicos – e as particularidades da formação brasileira servem aí de mola propulsora – qualquer luta anticorrupção é necessariamente seletiva e orientada por fins diversos [...] Em outras palavras, para que o discurso anticorrupção ganhe corpo e se mostre atrativo não apenas a “indivíduos”, mas a uma classe ou camada social como um todo, outros interesses precisam ser despertados e o decisivo é saber que programa alternativo se pretende implantar em substituição ao que é atacado” (p. 8).

4 e 5 o que vemos é uma relação de confiança de com os meios de comunicação (vídeo e impresso) de maneira variável, a confiança mínima é preponderante, cada vez as redes sociais vão tomando a posição de protagonismo no consumo de informação na sociedade civil, espelhada, em alguma medida, nas ruas. O consumo de opinião sem necessitar dos *meios* quatrocentões reforça a ideia de “estar fora do sistema” (SOLANO; ORTELLADO, 2016) o que, naturalmente se trata de uma contradição, afinal, as redes sociais, por mais que descentralizadas e horizontais na forma de comunicação e consumo, são uma forma de propriedade privada, portanto, prezam ao interesse de determinados setores.

Naturalmente, essa compreensão se espalha para os vocalizadores dos comentários políticos destes meios “tradicionais” de comunicação. Duas são as exceções: 1) Rachel Sheherazade, à época âncora de um jornal televisivo, ganhou maior notoriedade (2014) após defender um linchamento feito por “justiceiros” a um homem nu amarrado a um poste, no Guarujá, devido a “falta de justiça” no Brasil<sup>47</sup>; e 2) Reinaldo Azevedo, por outro lado, já se tratava de um jornalista mais experiente, autodefinido como liberal e ex-trotskista. Seu maior *boom* no colunismo político (e nas redes) pré lava-jato, foi ter cunhado o termo “petralha”, um neologismo que associa petistas e a obra ficcional irmãos metralha (bandidos). Portanto, a formação política apreciada pelos respondentes, nos parece apresentar tons belicosos, chuvanistas, anti-política e novamente apelando para a moralização em um governo não neoliberal.

Ainda sobre como os manifestantes consomem informação, Solano, Ortellado e Moretto (2017), mostram a centralidade das redes sociais para estas manifestações, com destaque especial para o Facebook. Movimentos surgidos do “abalo sísmico” de 2013 como o Movimento Brasil Livre (MBL<sup>48</sup>) e Vem Pra Rua passaram a ser os maiores agitadores dos atos via rede, entretanto, também, conteúdos de reverência à polícia, tais como a página

---

<sup>47</sup> “Num país que sofre de violência endêmica, a atitude dos vingadores é até compreensível”, disse. “O Estado é omissivo, a polícia desmoralizada, a Justiça é falha... O que resta ao cidadão de bem, que ainda por cima foi desarmado? Se defender, é claro”. Ela ainda completou: “O contra-ataque aos bandidos é o que chamo de legítima defesa coletiva de uma sociedade sem Estado contra um estado de violência sem limite”

Fonte:

<https://vejasp.abril.com.br/coluna/pop/rachel-sheherazade-do-sbt-defende-grupo-que-amarru-homem-nu-em-poste-e-provoca-polemica/>

<sup>48</sup> Novamente, a desafortunada similaridade dos nomes MBL e MPL indicam a passagem do primeiro momento para o segundo momento das jornadas. O passe livre enquanto nomenclatura se refere a uma materialidade de uma chaga concreta da sociedade brasileira, ao passo que, “Brasil livre” é uma abstração idealista, afinal o Brasil vivia um Estado Democrático de Direito. Livre de que?

Amigos da Rota e Eu Nasci Para ser Polícia, passam a se difundir. Entre a comicidade dos memes e a politização dos posts de agitação, uma outra forma de cultura vai envolvendo essa classe que, com recorrência, vai às ruas. A relação horizontal das redes permite uma interconexão entre o sério e a “brincadeira”, nessa guisa, temos na mesma escala de importância as falas “engraçadas” do Sargento Fahur, posts xenófobos com a presidente a época, agitação para atos e as “mitadas” do deputado Bolsonaro.

Uma possível forma de materialização dessa nova cultura das redes nas ruas é o contraste entre a repressão truculenta da PM nas manifestações de junho e a relação de “confraternização” dos atos de 2015 e 2016. Cavalcante e Árias (2019, p. 114-115):

A atmosfera de confraternização familiar repercutiu na relação dos manifestantes com forças mobilizadas para o ato. O contraste com os eventos “contra golpe” era profundo: as armas, os blindados de última geração, os carros e as motos não tinham como função despertar o temor para controlar revoltas, mas, assim como uma parada militar, servir para a autoafirmação e o sentimento de segurança. Presenciamos dezenas de situações em que policiais eram chamados para tirar fotos e *selfies* com manifestantes nos protestos pró-impeachment.

Nesse trecho em específico fica nítido uma outra informação relevante, a importância das pautas morais. Não é de pretensão de investigação deste trabalho mas a profunda mudança religiosa no Brasil, com a ascensão das igrejas evangélicas se espalha na política em termos de pautas de costume - basta lembrarmos da campanha presidencial de 2014, na presença dos ex-candidatos Levy Fidelix e Pastor Everaldo, duas figuras moralizantes. A moral, a Igreja, o “Ocidente” e os bons costumes de repente estavam ameaçados. Bem como o homem médio e a família (NETTO; CAVALCANTE; CHAGURI, 2019). Estas pautas morais para além de lembrar aspectos do fascismo serviram como uma das características aglutinadoras desse campo que esteve em forma à direita.

**Tabela 3**  
**Confiança em ONGs e movimentos sociais (%)<sup>13</sup>**

	ONGs	Movs. sociais	Vem pra Rua	Brasil Livre	MPL	MST	Revoltados Online	MTST
Confia muito	20,00	<b>30,50</b>	<b>70,80</b>	<b>52,70</b>	25,20	03,90	19,30	04,20
Confia pouco	<b>46,20</b>	<b>48,00</b>	20,80	21,90	<b>28,20</b>	09,10	<b>26,30</b>	11,40
Não confia	<b>29,80</b>	20,30	06,00	09,30	<b>37,80</b>	<b>84,40</b>	<b>30,60</b>	<b>79,20</b>
Não conhece	03,30	01,10	02,30	15,90	08,60	02,50	23,60	05,10
Não respondeu	00,70	00,20	00,20	00,20	00,20	00,20	00,20	00,20

Na tabela três o que vemos é uma relação preponderante de apoio aos movimentos sociais. Contudo, um ponto a ser ressaltado, muito benfazejo ao questionário é o fato de que o

conceito de “movimento social” se trata de uma abstração. De tal sorte, o apoio dos respondentes não se aplica quando o movimento em questão tem no escopo problemas sociais relacionados a classe trabalhadora (MST e MTST). Com relação ao MPL, que há dois anos possuía a liderança das manifestações de junho, a desconfiança é crescente, o que possivelmente sinaliza um contexto de desgaste que foi se consolidando conforme o desenvolvimento de outras forças nas ruas. O que seriam os casos de MBL, e Vem Pra Rua<sup>49</sup>, isto é, organizações políticas ideológicas do neoliberalismo, com formação orgânica de quadros e lideranças.

**Tabela 8**  
**Alternativas para a crise política (%)**

	Entregar o poder para um político honesto	Entregar o poder para alguém fora do jogo político	Entregar o poder para os militares	Entregar o poder para um juiz honesto	Tomar decisões políticas por consulta popular e plebiscitos	Fortalecer organizações como ONGs e movimentos sociais
Concordo totalmente	<b>64,20</b>	<b>27,70</b>	13,10	<b>43,70</b>	<b>40,50</b>	<b>27,90</b>
Concordo em parte	23,50	<b>28,90</b>	15,10	<b>20,00</b>	<b>36,30</b>	<b>31,40</b>
Não concordo	10,60	38,50	<b>71,10</b>	32,80	21,00	39,80
Não sei	01,70	04,70	00,20	03,00	02,00	00,50
Não respondeu	00,00	00,20	00,50	00,50	00,20	00,50

**Tabela 9**  
**Concordância com universalidade e gratuidade de serviços públicos (%)**

	O estado deve prover serviços de saúde para todos os brasileiros	Os serviços de saúde devem ser gratuitos	O estado deve prover educação para todos os brasileiros	A educação pública deve ser gratuita	O estado deve prover transporte coletivo para todos os cidadãos	O transporte público, como o ônibus e o metrô, deve ser gratuito
Concordo totalmente	88,60	74,30	92,30	86,90	72,10	21,00
Concordo em parte	07,90	21,70	05,40	09,60	17,50	29,40
Não concordo	03,20	03,70	02,00	03,20	10,10	48,90
Não sei	00,00	00,00	00,00	00,00	00,00	00,50
Não respondeu	00,20	00,20	00,20	00,20	00,20	00,20

As tabelas 8 e 9, nos mostram um recorte de reforço ao sentimento idealista antipolítica. A intenção dos respondentes se materializa mormente em entregar o poder a um “político honesto”, o que, em um contexto em que a bandeira corrupção aparece enquanto um significativo vazio, se trata de uma abstração pouco concreta. Ao passo que, a adesão por um “juiz honesto” em grande medida, cremos, está relacionado com o sucesso midiático da lava-jato, que não está no escopo deste estudo.

<sup>49</sup> Com relação ao sentido desses movimentos, ver Rocha (2015).

Por fim, a visão dos respondentes quanto a universalidade e gratuidade dos serviços públicos, cremos, por mais que corram em opiniões progressistas, tendem a estar, na realidade, ainda sofrendo o efeito das jornadas, visto que, as forças políticas com prestígio, com capacidade de organização e agitação nestas mesmas manifestações são abertamente (neo)liberais. Cremos, novamente, estar em um contexto de um campo que está formando, e se matizando<sup>50</sup> naquilo que Alonso (2019) denomina de “campo patriota”, portanto, um processo de radicalização ideológica da classe média.

### **3. Transformações do lulismo e o “retorno” a luta de classes**

O sentido do trabalho até aqui tem sido demonstrar as contradições desnudadas pelas ruas engrossadas pela classe média. A relação classista de 2013 é evidente, os principais prejudicados pela forma neoliberal de estruturação das cidades são as classes que vivem do trabalho, no entanto, a dificuldade de mensurar este público está nas novas formas de movimentos sociais, na articulação com as novas redes sociais e no sentido abstrato de “lutar contra tudo” como se o tudo fosse uma grande uniformidade.

A nossa tese é que as jornadas e as manifestações de 2015 e 2016, são eventos iminentes de luta de classes, por conta do lulismo. A marca do lulismo é exatamente criar uma forma de governabilidade, portanto, um período de estabilidade, representando simultaneamente diferentes tipos de interesses vindos da sociedade civil. Por isso, o interesse de setores vindos do trabalho precarizado, mesmo que no seu melhor momento de ascensão, no acesso à cidade esbarra em interesses de frações dominantes da mesma sociedade, quando o governo não conseguiu conciliar as contradições. O agente principal da agudização das contradições, manifestos no combate a pobreza, emancipação popular e reação reacionária foi o governo, isso que tentaremos demonstrar nesta parte do trabalho.

Primeiramente, ao fazer referência a luta de classes, é compreendido classe no sentido marxista de compreensão, com a noção prévia de classes dominantes sendo as classes proprietárias, em suas formas mais cristalizadas no capitalismo atual, mais próximas a especulação globalista; proletariado como sendo a aquele corpo popular capaz de vender sua força de trabalho em vista de sua subsistência (MARX; ENGELS, [1848] 2008). No campo

---

<sup>50</sup> Um indício desse processo é de que, no mesmo ciclo de manifestações, temos 28,2% (tabela 8) dos respondentes com algum interesse por um regime militar ao passo que, 76,8% dos respondentes se dizem mais interessados em uma forma mais popular de tomada de decisões públicas via plebiscito. Isto, compartilhando o mesmo espaço tranquilamente.

político, a relação de classe fica explícita a partir do momento em que há um questionamento dos estandartes das classes dominantes e suas adjacências, em termos não somente materiais, mas também simbólicos de diferenciação social (CAVALCANTE, 2018; CAVALCANTE, 2015; SAES, 1985).

Um autor importante e que discute essa relação em sua completude é Singer (2012; 2018). O conceito “lulismo” essencial para este trabalho faz referência aos estudos do autor. O lulismo é gestado essencialmente em torno da alteração na base de voto da figura do ex-presidente Lula da Silva, o chamado realinhamento eleitoral (SINGER, 2009). Desde 1989 até 2006, quando perdeu para Fernando Collor, Fernando Henrique Cardoso, duas vezes, 1994 e 1998, e terminou à frente de José Serra em 2002.

Em ambos os pleitos até então, Lula continha seus votos na classe média e nos setores mais esclarecidos (SINGER, 1990; SINGER, 2012). Contudo, ao longo de seu primeiro governo, o Estado passa a estabelecer uma relação de clientela entre o subproletariado, sempre à margem do capitalismo, e do proletariado “tradicional”, com os programas sociais<sup>51</sup>. E para além da natural relação de troca que envolve o atendimento da necessidade dos que mais precisam e o reconhecimento por desta fração do eleitorado disto, Perry Anderson (2020, p. 61) relembra que desde o princípio do primeiro governo, Lula se comprometeu com a contingente mais pobre do Brasil, o que deve ser compreendido enquanto uma característica de prioridade de governo e também enquanto uma dimensão de pertencimento. Lula é um filho da pobreza brasileira. Muito do seu êxito - para além de sua “avaliação racional e inteligência emocional, para não falar no jovial bom humor e no charme pessoal [...] (*Idem*, p. 55) - está em sua conexão simbólica com o povo. Não apenas o fato de ser um brasileiro trabalhador e de origem pobre, comum, mas o fato de ser compreendido popularmente enquanto um brasileiro comum é parte do êxito do lulismo<sup>52</sup>. Este potente fato de conexão do setor mais abundante e necessitado do eleitorado, ou melhor dizendo, da sociedade com o presidente da república rompeu a lógica de classe média do petismo, fundando o lulismo.

A Aliança lulista com setores da burguesia é explicitada pelo fato da carta ao povo brasileiro<sup>53</sup>. Um documento redigido em 22/06/2022 com a intenção nítida de tranquilizar os

---

<sup>51</sup> Eis uma das marcas do lulismo a preponderância de programas ao invés de direitos sociais. Isto muito por conta das dificuldades em conseguir maioria no legislativo.

<sup>52</sup> “É o primeiro presidente que tem a alma do povo e a “cara” da gente [...] São milhões de Lulas noite e dia a luta” trecho da peça publicitária de Lula em 2006.

<sup>53</sup> A carta:

<https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2010/02/cartaaopovobrasileiro.pdf>

“mercados” diante de sua possibilidade de se eleger, entre outras características da carta está o compromisso em respeitar o legado do governo anterior. Este quê de contradição, de conciliação de interesses antagônicos é a marca do lulismo<sup>54</sup>:

Reindustrialização com oposição dos industriais, assalariamento precário com acesso à universidade, ampliação do crédito educacional com crescimento do ensino superior privado, walmartização do trabalho com internacionalização dos sindicatos, agroecologia com agronegócio, autonomização dos mais pobres com passividade assistencialista, emancipação cultural do empreendedorismo, esperança de inclusão com rebaixamento das expectativas. (SINGER, et al, 2017, P. 13)

De tal forma, podemos definir que o lulismo conforme a conceituação de Singer (2012), isto é, uma forma de reformismo fraco pouco mobilizador constituído diante de um pacto conservador.

Desse modo, temos um contexto de primeiro mandato de consolidação de Lula e do lulismo. O início dos programas sociais começado pela gestão anterior é grandemente ampliada em recursos, tamanho e espaço no governo - o que dialoga com o fortalecimento da moeda e o cenário externo favorável. O principal programa é o Bolsa Família, até hoje condição fundamental para a reprodução de setores vilipendiados do Brasil. Entretanto, ao que diz respeito à política macroeconômica, o governo ainda não havia tocado-a conforme seu gosto:

Na primeira fase (2003-05), a contenção da despesa pública, a elevação dos juros, a manutenção do salário-mínimo e a reforma previdenciária com redução de benefícios, enfim, o pacote de “maldades” neoliberais voltados para “estabilizar” a economia e provar ao capital que os compromissos de campanha seriam cumpridos à risca foi aplicado em escala superior à praticada no segundo mandato FHC. (SINGER, 2012, P. 144)

Caminhando de maneira conjunta com a redução na demanda, proposta exatamente para a seguridade dos mercados; o planalto, ao fim do primeiro mandato e desenvolvimento do segundo mandato, amparado pelo realinhamento eleitoral e pela popularidade de Lula, passa a criar formas de distribuição de renda e de incentivo ao crédito, fazendo com que o país voltasse a crescer de modo menos neoliberal, ativando a economia interna para além do Banco Central, crescendo 5,7% do PIB. E aumentando 8,2% do salário-mínimo acima da inflação em 2005 (*Idem*).

---

<sup>54</sup> A contradição, a dualidade, diria Oliveira (2015) é um traço, na realidade, do Brasil. Portanto, o extraordinário da presidência petista é conseguir representar e criar certa unidade com estratos em conflito da sociedade.

O biênio 2004/2005 marca também uma expressiva recuperação dos reajustes salariais. A porcentagem de reajustes similares ou superiores ao INPC relativos aos primeiros semestres de cada ano foi a mais alta do período pós-Real, atingindo cerca de 81% em 2004 e 88% em 2005, muito acima dos valores registrados no período de 1996/2002. A expansão do emprego e dos rendimentos reais dos trabalhadores consolidou a trajetória de recuperação da massa salarial, que fechou 2005 com um aumento de 5%. (MERCADANTE, 2006, p. 112)

A defesa reiterada do grande Capital brasileiro do neoliberalismo implementado pelos dois governos de Fernando Henrique é uma forma de defesa de interesses de setores minoritários e influentes. Do mesmo modo que, a escolha do lulismo em substituir esse “modelo” não se trata de um capricho ideológico, ou populismo, é uma defesa lógica de princípios populares, o neoliberalismo brasileiro já estava falido<sup>55</sup>, a reprodução desse modelo seria a reprodução do não crescimento e da não distribuição de renda, portanto, a permanência da pobreza:

FHC já recorrera ao FMI em novembro de 1998, obtendo US\$ 41,5 bilhões para rolar a dívida privada. Ofereceu como contrapartida metas de *superávit* fiscal primário pelos três anos seguintes, antecipando o primeiro pilar do novo tripé da política econômica que seria institucionalizado com a crise da âncora cambial em 1999: taxa de juros elevada o suficiente para compensar o risco de depressão cambial, e meta de *superávit* primário alta o suficiente para compensar o custo fiscal dos juros elevados da dívida pública. (BASTOS, 2017, p. 6)

Em 2009, o governo chega a atingir mais de 40% de aumento do mínimo em comparação com 2004, aumentando o assalariamento em 8,4% anuais, em detrimento do reles 1,2% da gestão anterior (SOUEN, 2013, p. 130). Kerstenetzky (2017, p. 19-20), por outro lado, analisando entre 2002-2014 enxerga um aumento de 110% do salário mínimo, sendo este reforço, segundo a autora, a principal forma de combate à pobreza. O processo conjunto de política econômica de valorização do salário e programas que ataquem chagas históricas - tais como Fome Zero e Luz Para Todos - do Brasil fez com que o Brasil ao longo dos anos 2000 corresse na contramão da tendência global de aumento da concentração de renda e se tornasse 6º economia mais pujante do mundo:

“Se compararmos os períodos de redução da pobreza no Brasil após meados dos anos 1960, a década em análise se destaca como a única em que a queda da pobreza

---

<sup>55</sup> Um dos pontos mais evidentes da capacidade de difusão ideológica dos atos de 2015-2016 é a imagem do ex-presidente Fernando Henrique. FHC sai muito enfraquecido de seu segundo mandato, sem conseguir fazer seu sucessor e nem se manter vivo enquanto uma possibilidade política dentro de seu partido, no entanto, nas manifestações o nome do ex-presidente aparece com sobra enquanto sendo considerado o melhor presidente da história.

se associou à redução consistente das desigualdades- não sendo resultado exclusivamente do crescimento”. (Kerstenetzky, 2017, p. 16)

Um outro sintoma de ascensão social notável é a queda dos índices da Gini desde os anos 2000. Marcando em 2000 0,5922, termina em 2012 com o índice em 0,5274. Sendo o principal espaço para esta ascensão ocorreu no Nordeste, região mais vilipendiada do Brasil, a “capital” do lulismo, onde o presidente Lula mais tem votantes e de onde Lula é originalmente. Desde então, é o nordeste a região que mais se desenvolve. Inclusive, tendo o desenvolvimento de soluções para outras chagas nacionais, como a educação básica. A melhor educação básica se encontra no nordeste, em especial no Piauí e no Ceará, isto sem um programa da União para auxílio. Ainda neste documento é apresentada a ascensão de grupos minoritários, sendo o salário o sustentáculo deste fortalecimento nacional para as mulheres, nordestinos, pretos, analfabetos etc.

É importante ressaltar que a “dolarização” ocorrida na gestão Itamar Franco e consolidada no governo FHC, com o Real, foi capaz de normalizar o consumo de importados, com moeda equivalente; com a melhora dos acordos bilaterais<sup>56</sup> em questões de comércio exterior e o fortalecimento do salário, forma-se uma onda de consumo ao qual os recortes marginais do tecido social jamais haviam sido expostos, cristalizado de forma apropriada por Neri (2007) como “Real do Lula” - isto é, câmbio levemente desvalorizado, valorizando ao mesmo tempo o mercado externo e consumo de diferenciação via importados.

Fator substancial para a compreensão da segunda metade dos anos 2000 é a mobilização da política macroeconômica feita pelo segundo governo Lula e Dilma 1, cada vez mais com autonomia (apenas possibilitada pelo apoio popular) para negar o legado das duas gestões tucanas. O neoliberalismo hiper estabilizador passa a dar espaço para o chamado “novo-desenvolvimentismo”, rogando acelerar o capitalismo brasileiro.

Saad-Filho e Moraes (2011) elencam quatro pilares substanciais para a compreensão desta nova forma de desenvolvimentismo, também chamado como “neo-desenvolvistimo”, sendo estes: 1) não há mercado forte sem Estado forte; 2) não há crescimento sustentado sem

---

<sup>56</sup> Não é do escopo deste trabalho, mas o fato em questão não é ordinário. Uma outra característica potente do lulismo é a sua capacidade internacional de articulação, muito para além da associação com grupos progressistas vizinhos, o lulismo soube conquistar com muita habilidade um peso político diplomático em questões como: negociações de paz (sobretudo no conflito Israel e Palestina, EUA e Iraque, Irã, etc.), ampliação das relações comerciais de ordem multipolar (sul-sul), liderança na representação continental latino-americana em relações bilaterais com a zona do Euro, etc. (SINGER, 2012; ANDERSON, 2020).

implementação de políticas macroeconômicas adequadas; 3) mercado e Estado somente têm êxito quando lastreados por um projeto nacional de desenvolvimento que leve em conta: a) crescimento econômico e b) e equidade social; e 4) não é possível reduzir as desigualdades sociais sem crescimento econômico em taxas elevadas e contínuas. Estes parâmetros de agenda econômica fomentada pelo executivo podem ser enxergados com mais vivacidade pela Nova Matriz Econômica no Governo Dilma e seu representante novo-desenvolvimentista, Guido Mantega, na fazenda (SINGER, 2015). Sobre o novo-desenvolvimento e sua relação “lulista” com o neoliberalismo (BOITO, 2018, p. 57): *“trata-se do desenvolvimento possível dentro do modelo capitalista periférico.”*

Algo fundamental para este processo é a ligação com os setores burgueses. A forma de acumulação rentista predominante dizia respeito ao acúmulo de setores da classe dominante, os mesmos setores que o lulismo buscou acalmar na carta ao povo brasileiro e durante todo o seu período no poder, de tal maneira, quadrante de extrema importância no reaquecimento do desenvolvimento é quais agentes foram parte dessa empreitada.

Segundo Boito (2018), a burguesia pode ser dividida em dois sentidos durante o lulismo. A grande burguesia externa é o ramo da classe dominante internacional que tem interesse no Brasil enquanto um espaço profícuo para a especulação. Nesse sentido, duas seriam suas representações mais sentidas, o sistema bancário e os agentes ao redor da bolsa de valores. Um fato destacado pelo autor é que, em 2010, durante o período eleitoral os setores bancários faziam abertamente campanha desde os Estados Unidos para José Serra (PSDB), demonstrando onde estaria seu interesse, contrário ao aquecimento do mercado interno brasileiro.

O outro setor é denominado a “grande burguesia interna”. Isto é, importantes frações da burguesia brasileira, de setores estratégicos que se associaram ao lulismo no sentido do desenvolvimento, tais setores como: construção civil, comércio exterior, agronegócio, indústria, mineração, etc. É neste contexto em que os chamados “campeões nacionais” surgem. São grandes empresas destas áreas, muito próximas ao poder e que davam à guisa deste novo momento do Brasil. Podemos ressaltar a forte campanha de Lula para a eleição de Paulo Skaf para a presidência da FIESP<sup>57</sup>, a JBS dos irmãos Batista, Eike Batista, a família

---

<sup>57</sup> Para além do prestígio materializado na campanha da FIESP, o setor industrial com apoio do governo: redução das taxas de juros e tarifas de energia elétrica; desonerações tributárias e crédito subsidiado; desvalorização cambial e protecionismo industrial seletivo; concessões de serviços públicos para a iniciativa privada. Algumas dessas iniciativas foram,

Odebrecht, etc. Essas personagens públicas ao longo dos anos do novo-desenvolvimentismo tinham fama, status e uma grande proximidade com a cúpula do PT.

Ambos os setores referenciados eram estratégicos, como outrora mencionado, o Brasil teve uma urbanização atabalhoada e muito rápida, portanto, as obras públicas, sobretudo quando conscientes, são fundamentais. Do mesmo modo que, a potência do agronegócio na possibilidade da venda em moeda forte, exige um comércio exterior (setores portuários) potentes; o mesmo é equivalente para a venda de recursos minerais feitos por exportadoras brasileiras. Portanto, o lulismo estreitou laços com setores poderosos da burguesia interna ao passo que sempre teve (inclusive no governo) forte representação de sindicalistas históricos do campo democrático e popular<sup>58</sup> e proximidade com movimentos sociais contrários aos interesses burgueses, tendo o exemplo mais evidente no MST (*Ibidem*). Essa associação nacional entre burguesia e governo aqueceu o mercado nacional, o que se materializa para os ramos mais pauperizados da sociedade como abundância de postos de emprego.

Mais um caminho estruturante para a ascensão dos mais pobres foi a educação. Em documento, o ministro mais longínquo do período lulista Fernando Haddad, dizia discordar bastante do paradigma do uso de recursos exclusivos para a educação básica (HADDAD, 2008, p. 6). O ensino superior efetivamente foi uma área de grande diferenciação no tecido nacional, primeiro com a exclusão dos ignorados desde 1888 (SOUZA, 2017, p. 74-75), em forma da Lei de Cotas, formalizada em 2012.

Segundo, em coerência com o documento do ministro, uma série de programas para a popularização do ensino passaram a existir, o PROUNI, possibilitando o ensino particular de estudantes de baixa renda, em 2005; REUNI, programa para expansão das universidades federais, em 2007; e o Sisu (2010), como ampliação na possibilidade de ingresso nas universidades públicas por via do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), este remontado. Este esforço do governo junto ao incentivo às faculdades de massa particulares feita pela gestão anterior, fizeram um boom dos diplomados no Brasil. Entre 1995 e 2012, o crescimento da população universitária cresceu 360%; isto é, o aumento de 1.759.703 estudantes, em 1995, para 7.037.688, em 2012 (NEVES, MARTINS, 2016, p. 104-105). Vale lembrar que como marca fundante do lulismo, a contradição está presente nos dados, o grande

---

inclusive, solicitadas em documento entregue ao governo e assinado em conjunto com outras organizações empresariais e centrais sindicais em 2011.” (BASTOS, 2017, p. 3)

<sup>58</sup> Tais como Arlindo Chinaglia (bancário), Luiz Gushiken (bancário), Jacó Bittar (petroleiro) e Gilberto Carvalho (metalúrgico),

aumento se dá em maioria ao ensino superior privado, significando um diploma, mas não necessariamente uma boa formação. Ademais, o Brasil ao passo que viu a educação superior ser democratizada também um grande monopólio de educação superior se criando, com formação frágil e atendimento de massa.

Este cenário potencializa grandemente a autoestima do povo brasileiro com o aumento real de renda nos setores mais pauperizados das famílias brasileiras ao longo dos anos 2000 (POCHMANN, 2012). A situação de uma moeda forte somada com o aumento real do salário mínimo e com uma economia, agora com viés produtivista, aquecida, a capacidade de consumo do brasileiro aumentou bastante. Um sinônimo desse tempo é a chamada “classe C”. Se trata de setores que se beneficiaram do lulismo. Seja dos programas de distribuição de renda ou das outras formas de seguridade social como o Benefício da Prestação Continuada (BPC)<sup>59</sup>, como o aumento dos empregos da construção civil ou no terceiro setor e o já mencionado aumento do mínimo. Esses membros da classe C se configuram enquanto sujeitos históricos que nunca haviam tido a possibilidade do consumo. De tal sorte, o que vemos é uma grande onda de consumo, viagens à Disney com o real 2 para 1 dólares, o sucesso do pacote “popular” nas prestadores de TV a cabo, o pacote “popular” de convênio médico, o *boom* dos carnês dividindo geladeiras e TVs de tela fina em dezenas de parcelas etc.

Entretanto, um erro dos analistas desse período foi o de associar a classe C enquanto classe média. Esse erro por vezes foi utilizado inclusive pelo governo Dilma em ações de marketing, o que ampliava a dubiedade sobre quem realmente eram esses novos consumidores. Classe média enquanto categoria marxista é de difícil mensuração. Marx ([1852], 2011) ao tratar sobre os pequenos proprietários do campo e da cidade usa o termo, pequena-burguesia. Todavia, nunca houve uma grande elaboração.

Neste trabalho, compreendemos classes médias enquanto aqueles que estão em situação de trabalho abstrato assalariado, autônomos de alto rendimento, e pequenos proprietários. Sobre estes últimos, por vezes, estão próximos à venda da força de trabalho em pequenos empreendimentos sem muitos recursos (CAVALCANTE, 2015), de tal forma, a renda, em casos muito específicos é uma informação fundamental. Outra característica imprescindível é que, os postos de classes médias conforme o desenvolvimento do

---

<sup>59</sup> Uma forma universal de inclusão de trabalhadores subproletários na Previdência. Para mais Kerstenetzky (2017)

capitalismo e o crescimento dos serviços, passam a ser em escritórios nos grandes centros urbanos, com muita proximidade geográfica a burgueses, o que potencialmente causa um forte efeito ideológico por esses setores, tendo mais solidariedade por seus patrões do que pelos “trabalhadores”, inclusive no Brasil. (CAVALCANTE, 2012; SAES, 1985).

De tal forma, a classe C na realidade é um grande contingente ascendente da classe trabalhadora (POCHMANN, 2012, p. 8; SALATA, 2015; CHAUI, 2016; ). Souza (2018), ao tratar sobre a diferenciação que a classe média tem perante a classe trabalhadora fala da “compra de tempo livre”, isto é, o tempo que os estudantes de classe média gozam sem precisar trabalhar. Esse período “comprado” pelos pais permite que seus filhos possam socializar (em especial em ambiente propícios de classe média, como clubes e colégios feitos para pares), praticar esportes, aprender outro idioma, desenvolver uma relação de admiração pela leitura ao observar seus pais lendo etc. Isto para a classe C nunca existiu, a capacidade de consumo é iminente ao trabalho e aos demais programas de proteção social. Não à toa, a própria percepção dos membros da classe C sobre o que é ser de classe média é: “Padrão de vida estável e a casa própria são os principais fatores que definem quem pertence à classe média (93% e 92% dos participantes consideram-nos “essencial” ou “muito importante”, respectivamente)” (SOUZA; LAMOUNIER, 2010, p. 21). Como veremos mais à frente, uma outra característica que advoga no sentido contrário a classe C enquanto classe média é a alta rotatividade dos trabalhos.

Isto posto, a relação de consumo desenvolvida pela classe C é definida em termos econômicos por “demanda reprimida”. Ou em termos marxistas por fetichismo da mercadoria (MARX, [1867] 2017), o que não se confunde com o atendimento de necessidades básicas, como saúde alimentar e moradia. O fetichismo aparece em especial por dois bens: o automóvel e a casa própria. O automóvel se configura enquanto sendo o bem mais definidor da classe média: “Ser classe média é juntar dinheiro para comprar um carro. Quando se consegue, é uma alegria fora do normal” (SOUZA; LAMOUNIER, 2010, p. 33, grifo nosso).

Essa dimensão de desejo e apoio governamental para o consumo, inclusive de automóveis, exposto nos dados de Souza e Lamounier em alguma medida, tem poder de explicação sobre parte da ira social em 2013. Antunes (2013) e Chauí (2013), ressaltam o apoio do lulismo em apoiar a lógica rooseveltiana de um automóvel para três pessoas, o que com a condição urbana cada vez mais mercadológica, anti-popular e a desaceleração

econômica de 2011, devido a crise mundial do capitalismo em 2008 se tornou uma bomba de junho de 2013.

A desaceleração econômica junto ao consumismo lulista fez com que a taxa de endividamento do Brasil crescesse grandemente, o desemprego também começou a crescer. Não obstante, um outro processo em andamento é o de precarização dos trabalhos, herança das gestões tucanas, e continuadas pelo lulismo enquanto compromisso com a parte burguesa de sua aliança, os postos serviços vinham se tornando cada vez mais rotativos e o caminho para a terceirização ia se abrindo aos poucos (BRAGA, et al, 2017) como efetivamente ocorreu em 2017 de maneira acelerada, com a queda do lulismo.

Fruto dessa relação conflituosa com o trabalho, 2012 se tornou um dos anos com maior número de greves desde a redemocratização, isto porque os trabalhadores brasileiros iam passando da esperança novo-desenvolvimentista para um cenário de ausência de perspectiva (BRAGA, 2013). O lulismo estava presente e fazendo valer sua relação com o sindicalismo nas negociações contratuais e na política de valorização real do salário ao mesmo tempo que apoiava a precarização do trabalho.

O novo emprego formal no país transfigurou-se a ponto de reproduzir uma condição de insegurança social muito parecida com a velha informalidade. Substituindo o trabalho regular, o emprego precário sob a forma de cooperativas de trabalho, contratos de prestação de serviços via pessoa jurídica (PJs) e terceirizações tornou-se parte indispensável do regime de acumulação pós-fordista e financeirizado. (BRAGA, 2017, p. 166-167)

O mesmo vale para o grande desejo da classe C, a moradia. O programa Minha Casa Minha Vida (2009), veio com a intenção de ser uma resposta desenvolvimentista para a crise de 2008, usando a lógica keynesiana de aquecimento do mercado no momento de baixa. Um sucesso, o Brasil vira 2009 para 2010, o ano em que a crise chegaria no Brasil, com um crescimento chinês de 7,5%.

Contudo, o programa trazia consigo a lógica lulista de união de contrários. As regiões dos terrenos em que as obras aconteciam eram, via de regra, em localidades que serviam aos interesses de especulação imobiliária, do mesmo modo que, a elitização dos centros se agudizou conforme as casas eram construídas em regiões periféricas, piorando o acesso aos centros urbanos nas grandes cidades (BOULOS, 2015)

A estrutura do programa apoiou-se no subsídio governamental ao crédito para aquisição da casa própria. Em linhas gerais, trata-se de uma política que reproduz o padrão tradicional de articulação entre Estado e interesses privados no país, isto é,

promove a espoliação dos fundos públicos em benefício da acumulação privada. (BRAGA, 2017, p. 172)

E ao que diz respeito a classe média, o contexto de consumo da classe C fez com que grande parte de seus itens de diferenciação - tais como automóveis, viagens, determinados espaços etc - fossem popularizados, perdendo o efeito diferenciador, ao longo do período de dominância do lulismo, é este o setor que mais irá se sentir excluído, visto que, parte importante da burguesia nacional andava junto com os membros mais importantes do governo do PT, a classe trabalhadora se via na figura de Lula da Silva, inclusive com sobrenome mais brasileiro impossível, e via sua capacidade de ter conforto aumentar. A classe média não ficou de fora do crescimento do lulista, o melhor momento do lulismo também foi vivido por estes atores.

O uso tático do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) para a criação de pequenos e microempreendedores serviu em grande medida para a classe média. Do mesmo modo que a moeda forte, a ampliação do ensino superior e a ampliação do consumo. Contudo, o ponto causador de revolta é a banalização de seus meios de diferenciação mercadológica

O acesso ao crédito banalizou o consumo de bens até então inacessíveis às classes mais baixas, erodindo seu valor simbólico para a definição de uma idade de classe média. Na pesquisa qualitativa, opinou-se frequentemente que hoje o consumo volta-se mais para o que se costuma denominar bens conspícuos, denotadores de prestígio, enquanto no passado a prioridade era o aumento do ativo e a poupança. A reação ao consumo de massa e a diluição das distinções de classe estimula a valorização de novas barreiras, materiais e simbólicas. (SOUZA; LAMOUNIER, 2010, p. 41)

Essa banalização, sobretudo em espaços, causa uma reação abrupta pela classe média. Um exemplo conhecido é o de Luiz Felipe Pondé ao dizer que os aeroportos, espaços outrora de elegância e sofisticação haviam se tornado “churrasco na laje” frequentados por “neo-bárbaros<sup>60</sup>”.

Dessa forma, o que temos previamente ao ano de 2013 é uma juventude que recém entrou no mercado de trabalho, devido ao também recém direito ao ensino adquirido, sem perspectiva de estabilidade e remuneração condizente com sua expectativa, vivendo longe dos grandes centros, sem qualidade de transporte e com muita desejo de consumo de bens e espaços. O Brasil do início dos anos 2010 para a primeira geração de crescidos no lulismo é de ausência de perspectiva em termos de estabilidade, o lulismo em seu esforço republicano de conciliação permanente permitiu ao partido no poder um trânsito grande com frações de todos os setores da sociedade civil, o que por um lado serviu de estabilidade democrática ao

---

<sup>60</sup> Fonte:

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1101201016.htm>

passo que, a imagem de "*establishment*" era colada ao lulismo, com todos os méritos para os AIES e por fim, o próprio interesse lulista de “pouco mobilizador”, no momento de crise, o privou de uma radicalização num momento propício de aprofundamento das reformas petistas ao passo que, uma forma política ligada ao petismo, um movimento social tal como a raiz de Lula nega sua similaridade o lulismo que, por esses fatores, havia se tornado disforme aos movimentos sociais ligados aos trabalhadores.

Simultaneamente, temos uma classe média que nunca se sentiu representada pelo governo, em prioridade e nem em termos simbólicos. Com muita vontade de manutenção de suas diferenças, nem todas materiais. E por último, temos uma burguesia retraída com a diminuição do crescimento, descontente com o enfrentamento do lulismo a uma de suas formas de lucratividade mais espoliadora (o *spread* bancário), voltando atrás em sua guinada desenvolvimentista e novamente, se resignando ao papel de acionista minoritário do capitalismo globalizado (SINGER, 2015; SINGER, 2022b). Não apenas descartando o governo Dilma, mas sendo o principal agitador do golpe contra a presidente, juntos com os movimentos neoliberais “surgidos em 2013”. Eis o cenário

Entretanto, cremos que, outros fatores seriam fundamentais para a sequência de uma investigação de outra ordem, traços “daquele” Brasil, como o aumento gigantesco da religião evangélica, a ampliação que estava sendo fermentada de trabalho via aplicativos, o atrito promovido por uma geração de pretos e pretas vindos para o mercado de trabalho tradicionalmente brancos, o verdadeiro impacto do gênero da ex-Presidente Dilma Rousseff em sua debacle, o papel que a Lava-Jato teve e o Mensalão tiveram etc.

#### **4. O egoísmo social de classe como explicação da mudança**

Ao comentar sobre a cristalização da nova direita, Messenberg (2017) falará em “egoísmo social”. A autora faz referência de um amadurecimento global de uma radicalização à direita, como visto, por exemplo, nos resultados eleitorais em Hungria (2010), vindo em escalada desde então com Orbán; Donald Trump nos Estados Unidos (2016) e Boris Johnson no Reino Unido (2019). Para além desses, há a figura de importância central na França, Marie Le Pen, segunda colocada no pleito contra Emmanuel Macron, em 2016 (e mais recentemente em 2022), e Jair Bolsonaro (2018), em terras nossas, também são resultados de tais alterações.

A autora também não traça os parâmetros para a medição desse egoísmo. Todavia, em ambos os casos o que vemos é um contexto de grande inquietação das classes sociais. O efeito da emigração de exilados e imigrantes voluntários do Oriente Médio e da África subsaariana

para a Europa se faz sentir de maneira audível o espírito chauvinista em França e Reino Unido, ao passo que no caso dos Estados Unidos da América, o que se vê é um forte sentimento de exclusão dos votantes médios brancos, que perderam protagonismo com a guinada neoliberal desindustrializante da região do "miolo", entre as costas leste e oeste dos EUA e em referência ao apoio governamental às minorias (INGLEHART; NORRIS, 2016). Em ambos os casos o que vemos é uma íntima relação com o Estado, guiado por governo progressistas, e suas escolhas que acarretam mudanças na composição social desses países, denotando uma relação interseccional de luta de classes, não apenas no limite do egoísmo, da disputa em termos de identidade, pele, idioma etc, mas também em sua condição classista de reprodução - afinal o argumento mais recorrente durante o Brexit, a escolha do povo britânico em sair da União Europeia, é que a imigração reduzia os postos de trabalho para o povo destes países<sup>61</sup>.

Os “egoístas” brasileiros podem ser vistos, em nossa hipótese, durante a gênese de 2013, com seus cartazes e catarse; no entanto, elas continuam nos anos seguintes, e se desenvolvem nos anos de manifestações subsequentes até que um de seus projetos orgânicos ganha corpo e se materializa em 2018. Portanto, esse egoísmo explicitado em 2013 foi sequencialmente desenvolvido.

Não tratamos o "egoísmo social" enquanto um espírito, essa denominação existe no sentido de se referir ao gestual desse momento, uma manifestação radical dos interesses de classe na emissão da opinião pública. O que nasce enquanto uma exposição das contradições de classe, herdeiro duma profunda relação histórica, ao longo de um período de maturação destas contradições diante de um governo neodesenvolvimentista. Neste momento, em que a saída às ruas era “legitimada”, formando um pico histórico um pico histórico capaz de alterar o sentido que o país estava (BRAGA, 2017), é nas palavras de Cavalcante (2015, p. 7): “[...] como o clímax de um processo que anunciava uma revolta conservadora”. Portanto, um poderoso retrato do estágio em questão da luta de classes da sociedade brasileira.

Essa terminologia ainda não desenvolvida por Messenberg pode ser uma ferramenta para explicitar as características da luta de classe brasileira desnudadas pelas jornadas de junho de 2013. No próximo tópico, iremos explorar de maneira ensaística um desses momentos em que a opinião pública de respondentes consegue relacionar os efeitos do

---

<sup>61</sup> É de se esperar que um entrevistado ou respondente não tenha a inclinação de ser racista em público, de maneira racional, mas isto não anula a materialidade do argumento.

lulismo no tecido social, no sentido de combate a pobreza e a reação reacionária vinda por parte da classe média.

#### **4.1 Os “rolezinhos” e o egoísmo social pós-jornadas, um ensaio**

Após os mês de junho em que as manifestações se massificaram, a redução do preço da tarifa do transporte foi atendida, o MPL saiu das ruas, os Black Blocs foram diminuindo cada vez suas presença nas ruas, e a liderança das próximas manifestações caíam nas mãos de lideranças de direita, o Brasil entrou em relativa paz. Nunca seria como antes, a popularidade do governo derreteu, o Mensalão ainda fazia um grande estrondo na comunicação de massa, mas o sentimento de uma pausa e as discussões sobre a viabilidade ou não da Copa do Mundo no ano seguinte no Brasil, foram dando o sentimento da nova “agenda” que vinha sendo constituída nas redes sociais. A “formação” política que os grupos de Facebook fizeram nos manifestantes de 2015 e 2016 não aconteceu de maneira espontânea e nem homogênea, precisou de tempo para ser construída e precisou de fatos para escorar suas críticas.

Nesse *interregno*, uma sequência de eventos tomou conta dos jornais televisivos, gerando debates acalorados, novamente, inclusive nas redes, onde a verbosidade dificilmente é punida, sobre a possibilidade se todos podem compartilhar o mesmo espaço sem distinção. Os rolezinhos se configuram enquanto encontros marcados por adolescentes via redes sociais, os atos não tinham interesse político algum, se tratava na realidade, de um contexto de entretenimento.

A dinâmica era composta pela reunião na rua de algumas dezenas de jovens periféricos que pegavam o transporte público e cruzavam a cidade na cidade dos Shoppings Centers. Ao chegar nesses espaços, eles ouviam músicas, referente ao seu contexto, isto é, funk e o rap, entre outras exceções, flertavam entre si, riam, eventualmente quem tivesse condição assistia filmes no cinema, provava roupas nas lojas de departamento e comia na praças de alimentação. Prioritariamente, os jovens se moviam em unidade, uma forma de confraternização.

Contudo, o fato que chamou atenção dos meios de comunicação era a repulsa que determinados contingentes “acostumados” a frequentar esses espaços, tinham em compartilhar o seu momento de lazer com esses “invasores”. Pessoas acostumadas a frequentar esse tipo ambiente significa pessoas de classe média, pela própria natureza do espaço em questão, tipicamente relativos a classe média, isto é, ambiente de enaltecimento ao consumo, de disposição privada de segurança e organização espacial, mas não sendo um condomínio de alto custo, sendo uma forma mais popular de fugir dos “centrões”, do “povão”.

A inquietação da classe média mobiliza os seguranças destes Shoppings, o que desencadeia alguns atritos leves, sem violência, mas que envolve a polícia e alguns processos. Alguns Shoppings cientes dos “invasores” e da inquietação de seus clientes “verdadeiros”, passa a proibir a entrada “rolezeiros” em seus espaços<sup>62</sup>. Os rolezinhos com o tempo vão deixando de existir, a segurança privada dos estabelecimentos age imediatamente a qualquer sinal de algum “tumulto” em tempos atuais.

Acreditamos que esse evento é um caso de ação dos egoístas sociais brasileiros. A relação entre os jovens periféricos querem se integrar a um outro padrão de consumo e sociabilidade, na guisa cultural do “funk ostentação” é sinal de uma juventude marginalizada ascendente. As roupas, em alguns casos, falsificadas emulando marcas com alto nível de status, as correntes, é sinal de um capitalismo que prometia ascensão, especialmente via consumo de bens de diferenciação, tal como os Shoppings, nas regiões centrais, perpassadas pelo transporte urbano de massa e os automóveis para quem tem condição.

E a reação da classe média demonstra seu preconceito de classe, que aqui é denominado "egoísmo social" tão somente pela sua ligação regional com os efeitos de um governo de conciliação de classes, no plural. A pesquisa Cesop-Datafolha de 20 de janeiro de 2013 nos mostra a opinião de pessoas em geral diante dos primeiros casos de rolezinho, antes dos principais conflitos referenciados acima, e antes do *start* das ruas provocado pelas manifestações de junho.

---

62

<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/01/acoes-na-justica-serao-estrategia-contrarolezinhos-afirma-alshop.html>

**rendaf RENDA FAMILIAR MENSAL**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1 Até R\$ 1.760,00	135	6,0	6,0	6,0
	2 De R\$ 1.761,00 até R\$ 2.640,00	180	8,0	8,0	13,9
	3 De R\$ 2.641,00 até R\$ 4.400,00	379	16,8	16,8	30,7
	4 De R\$ 4.401,00 até R\$ 8.800,00	588	26,0	26,0	56,7
	5 De R\$ 8.801,00 até R\$ 17.600,00	543	24,0	24,0	80,7
	6 De R\$ 17.601,00 até R\$ 44.000,00	243	10,7	10,7	91,4
	7 R\$ 44.001,00 ou mais	50	2,2	2,2	93,6
	97 Recusa	110	4,9	4,9	98,5
	99 Não sabe	34	1,5	1,5	100,0
	Total	2262	100,0	100,0	

**P12 Com que frequencia você costumar ir ao shopping:**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1 Uma vez ou mais por semana	198	24,8	24,8	24,8
	2 Uma vez a cada 15 dias	165	20,7	20,7	45,4
	3 Uma vez por mês	217	27,2	27,2	72,6
	4 Uma vez a cada 3 meses	57	7,1	7,1	79,7
	5 Uma vez a cada 6 meses	42	5,3	5,3	85,0
	6 Uma vez por ano	42	5,3	5,3	90,2
	7 Menos de 1 vez por ano	25	3,1	3,1	93,4
	99 Não costuma	53	6,6	6,6	100,0
	Total	799	100,0	100,0	

**P10B Vou citar algumas situações que podem ocorrer dentro de um shopping para que você me diga se ficaria muito, um pouco ou nada incomodado: Se grandes grupos de pessoas caminhassem perto de você.**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1 MUITO INCOMODADO	365	45,7	45,7	45,7
	2 UM POUCO INCOMODADO	183	22,9	22,9	68,6
	3 NADA INCOMODADO	247	30,9	30,9	99,5
	96 Não frequenta	1	,1	,1	99,6
	99 Não sabe	3	,4	,4	100,0
	Total	799	100,0	100,0	

**P8 Você acredita que a Polícia Militar deve agir para reprimir os rolezinhos nos shoppings, sim ou não?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1 Sim, a PM deve agir	583	73,0	73,0	73,0
	2 Não, a PM não deve agir	193	24,2	24,2	97,1
	99 não sabe	23	2,9	2,9	100,0
	Total	799	100,0	100,0	

**COR**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1 branca	358	44,8	44,8	44,8
	2 preta	114	14,3	14,3	59,1
	3 parda	272	34,0	34,0	93,1
	4 amarela ou	21	2,6	2,6	95,7
	5 indígena	13	1,6	1,6	97,4
	6	14	1,8	1,8	99,1
	7	2	,3	,3	99,4
	98 Outras	2	,3	,3	99,6
	99	3	,4	,4	100,0
	Total	799	100,0	100,0	

O que tiramos desses dados? O público desses ambientes de diferenciação social retratados nesse recorte é menos abastado e mais diferenciado do que o público de 2015-2016, possivelmente há uma matização entre setores de alta classe média (autônomos de alto rendimento) e pequeno-burgueses, que estejam em outra nível de diferenciação, como por exemplo os condomínios fechados com pequenos shoppings internamente, do mesmo modo que os setores burgueses presentes no “Fora Dilma” também não estão nos dados. Isto posto, há uma presença menos intensa de pessoas autodeclaradas brancas.

E por último, ao que diz respeito às opiniões, os respondentes majoritariamente rejeitam a popularização desse espaço, 45% dos respondentes sentem muito incomodo com a presença de grupos “invasores” andando ao seu lado, 73% acredita que a polícia militar deveria agir no sentido de não possibilitar a entrada desses grupos de indivíduos nos Shoppings.

Finalmente, acreditamos que, de maneira ensaística, o egoísmo social estava presente, criando uma rivalidade entre os consumidores do lulismo e os membros “tradicionais” da classe média e que as manifestações de 2013 foram um cenário propício para o desenvolvimento da luta de classes plasmada na rejeição pequeno burguesa ao legado lulista.

## **5. Conclusão**

***Referências:***

ALONSO, Angela. **A gênese de 2013**: formação do campo patriota. *Journal of Democracy em Português*, 8.1: 30. 2019.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Lisboa: Editora Presença, L, da, 1970.

ANDERSON, Perry. **Brasil à parte**: 1964-2019. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **As Rebeliões de Junho de 2013**. *Observatório Social da América Latina*, Buenos Aires, ano 14, n. 34, p. 37-49, 2013.

BASTOS, Pedro Paulo. **Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016**: poder estrutural, contradição e ideologia. *Revista de Economia Contemporânea*, 2017.

BOITO, Armando. **Reforma e Crise Política no Brasil**: os conflitos de classe nos governos do PT. 1º ed. Campinas: Editora Unicamp.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

BRAGA, Ruy. **As jornadas de junho no Brasil**: Crônica de um mês inesquecível. *Observatório Social de América Latina*, 8, p. 51-61, 2013

BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado**: trabalho e neoliberalismo no sul global. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos?** uma introdução a luta dos sem-teto. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial.

CAVALCANTE, Sávio Machado. **Classes médias e modo de produção capitalista**: Um estudo a partir do debate marxista. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2012.

CAVALCANTE, Sávio Machado. **Classe média, meritocracia e corrupção**. *Crítica Marxista*, nº46, p. 103-125. 2018.

CAVALCANTE, Sávio Machado. **Reprodução social e revolta política da classe média no Brasil recente**. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 39º, 2015.

CAVALCANTE, S; ARIAS, S. A divisão da classe média na crise política brasileira (2015-2016). In: BOUFARTIGUE, P. et al. (org.). **O Brasil e a França na mundialização neoliberal: mudanças políticas e contestações sociais**. São Paulo: Alameda, p. 97-127, 2019.

CHAUÍ, Marilena. As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo. Teoria e debate, n° 27. 2013.

CHAUÍ, Marilena.; CLETO, M. (org.). **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, p. 49-54.2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DE MORAES, Betânia (org), GOLDENFUN, Fernanda, ROCHA, Aline, SIUFI, Bruno, CAZANOVA, Giani, RIBEIRO, Livia, VIVIAN, Mariana; GUIMARÃES, Viviane. **As manifestações de junho de 2013, o processo de construção dos direitos de cidadania no Brasil e o direito à cidade**. Revista de Direito da Cidade. Vol. 07, n° 01, 2015.

DI GIOVANNI, Julia R. **Cadernos do outro mundo**: o fórum social mundial em Porto Alegre. Tese (Doutorado em Antropologia). São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2013.

TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. **Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016)**. Opinião Pública, 25 vol, p. 63-96, 2019, .

GALVÃO, Andréia; TATAGIBA, Luciana, et al. **Contradições do capitalismo e conflito distributivo**: Junho de 2013 à luz de uma abordagem integrada dos protestos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

HADDAD, Fernando “**O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**”. Texto para discussão INEP n. 30. Inep, 2008.

HARVEY, David. **O direito à cidade**. Lutas sociais, ed. 29: p. 73-89, 2012.

KAYSEL, André (org.); et al. **Regressando ao Regresso**: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5º ed. São Paulo: Editora Centauro, [1968] 2001.

MARCELINO, Paula; GALVÃO, Andréia. **O sindicalismo brasileiro diante da ofensiva neoliberal restauradora**. Tempo Social, 32 vol, p. 157-182, 2020.

NETTO, Michel Nicolau; CAVALCANTE, Sávio Machado; CHAGURI, Mariana Miggiolaro. **O homem médio e o conservadorismo liberal no Brasil contemporâneo**: o lugar da família. 43º Encontro Anual da Anpocs ST28 Pensamento Social no Brasil: limites e possibilidades do conservadorismo, 2019.

MARICATO, Ermínia; MAIOR, Jorge Souto; MOVIMENTO PASSE LIVRE, et al. **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **As lutas contra a corrupção nas crises políticas brasileiras recentes**. Crítica e Sociedade: revista de cultura política, 6.2, 2016.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **Polêmicas sobre a definição do Impeachment de Dilma Rousseff como golpe de Estado**. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, 14.2, p. 67-102, 2020.

MARX, Karl. **O capital**: livro 1. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, [1848] 2008.

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, [1852] 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A Ideologia Alemã**. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MERCADANTE, Aloísio. **Brasil Primeiro Tempo**: Análise comparativa do governo lula. 1º ed. São Paulo: editora Planeta, 2006.

MESSENBERG, D. **A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros**. Revista Sociedade e Estado, v. 32, n. 3, p. 621-647, setembro/dezembro, 2017.

MORAIS, Lecio; SAAD-FILHO, Alfredo. **Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula.** Brazilian Journal of Political Economy, n. 31, p. 507-527, 2011.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; MARTINS, Carlos Benedito. **Ensino superior no Brasil: uma visão abrangente.** 2016.

NERI, Marcelo Côrtes, et al. **Miséria, desigualdade e políticas de renda: o real do Lula.** Educação, 09. 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. **O momento Lênin.** Novos Estudos CEBRAP, p. 23-47, 2006.

DE OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco.** Boitempo editorial, 2015.

PINTO, Céli Regina Jardim. **A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015).** Lua Nova: Revista de Cultura e Política. 100: 119-153. 2017.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da Diferença.** São Paulo: Editora 34, [1999] 2013.

POCHMANN, Marcio. **Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira.** São Paulo: Boitempo, 2012.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes.** 1º ed. Campinas: Editora Unicamp, [1968] 2019.

RODRIGUES, Lidiane Soares. **Uma revolução conservadora dos intelectuais (Brasil/2002–2016).** Política & Sociedade. 17.39: 277-312, 2018.

ROMÃO, Wagner de Mello. **#naovaitercopa: manifestações Copa do mundo e as eleições de 2014.** Revista dos discentes de Ciência Política da UFSCAR. Vol 1, nº 2,, p. 152-167, 2013.

SAES, Décio. **Classe Média e Sistema Político no Brasil.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

SEIDL, Ernesto. GARCIA, Luiza. **Militância e protestos políticos: uma análise sobre o movimento passe livre em Santa Catarina.** Relatório Procad, 2016.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador.** 1º ed. 4º reimpressão. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.

SINGER, André; LOUREIRO, Isabel; BRAGA, Ruy. **As contradições do lulismo**: a que ponto chegamos? 1º ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

SINGER, André. **Cutucando onças com varas curtas**: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos estudos CEBRAP*, 39-67, 2015.

SINGER, André. **O lulismo em crise**: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). Editora Companhia das Letras, 2018.

SINGER, André. **Collor na periferia**: a volta por cima do populismo. De Geisel a Collor: o balanço da transição, 1990.

SINGER, André. **Brasil, junho de 2013**: classes e ideologias cruzadas. *Novos estudos CEBRAP*, edição 97, v. 32, n. 3, p. 23-40, 2013.

SINGER, André. **A reativação da direita no Brasil**. *Opinião Pública*, v. 27, n. 3, p. 705-729, 2022a.

SINGER, André, et al. **Dependent bourgeois revolution and Brazilian political model, 1971-2021**. 2022b.

SINGER, Paul. **Economia socialista**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SOLANO, Esther. ORTELLADO, Pablo. MORETTO, Márcio. **2016: o ano da polarização?** *Análise*, nº 22, p. 5-19. 2017.

SOLANO, Esther; MANSO, Bruno Paes; NOVAES, Willian. **Mascarados**: a verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc. Geração Editorial, São Paulo, 2014.

SOUEN, Jacqueline Aslan, et al. **A política do salário mínimo no Governo Lula**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2013.

SOUSA, Amaury; LAMOUNIER, Bolivar. **A classe média brasileira**: ambições, valores e projetos de sociedade. Elsevier Brasil, 2009.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão a lava-jato**. 1º ed. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho:** sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade.  
Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.